

OFERTA PÚBLICA DA 3ª EMISSÃO DE COTAS DO

RIO BRAVO ESG IS FIC FI INFRA

Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos Incentivados
de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado

RBIF11



Oferta e Cronograma

Principais características

R\$ 95,93¹

por cota

Preço de Emissão

R\$ 100.000.022,11¹

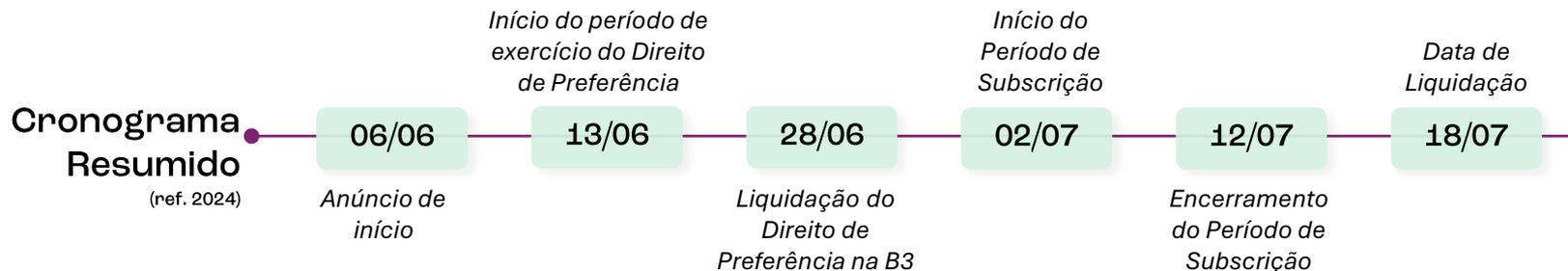
Mínimo R\$ 5.000.063,46¹

Volume da Oferta

IPCA+ 8,0% a.a.

Líquido de taxas

Rentabilidade projetada



O INVESTIMENTO NO FUNDO SE TRATA DE INVESTIMENTO DE RISCO

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

Por que investir

O Brasil é gigante, com grandes oportunidades de investimento em infraestrutura.

Rio Bravo ESG IS, um fundo pensado com toda a expertise de 24 anos da Rio Bravo para um investimento de longo prazo.

I Gestão ativa especializada¹

15 anos de atuação em crédito. Acesso exclusivo a ativos originados pela Rio Bravo.

I Track record comprovado²

Fundo com 2 anos de atuação e performance acima do benchmark: IMA-B + 9,5% na janela de 12 meses.

I Rendimentos recorrentes³

Pagamentos de rendimentos mensais: dividend yield de 14,83% nos últimos 12 meses.

I Benefício tributário para pessoas físicas⁴

Isonção total de IR para rendimentos e ganhos de capital.

Fonte: Rio Bravo Investimentos e Administrador Fiduciários; ¹O Rio Bravo Crédito Privado FIRF iniciou o funcionamento no ano de 2008. O RBIF11 tem investido regularmente em ativos exclusivos e/ou originados pela Rio Bravo Investimentos, como BPES11, Cotas do FIDC Siga Energia e Siga Portfolio e CRI 23L2510336. ²Desempenho calculado assumindo reinvestimento dos rendimentos e amortizações efetivamente distribuídos aos cotistas tendo como base o desempenho das cotas a valor patrimonial calculadas e divulgadas diariamente pelo Administrador Fiduciário e Custodiante (Banco Daycoval S.A.), disponível em https://cvmweb.cvm.gov.br/swb/default.asp?sg_sistema=fundosreg. ³Equivalente ao produto dos últimos doze meses do *dividend yield*, calculado como o valor efetivamente distribuído por cota dividido pela cota patrimonial inicial de cada mês de referência. ⁴Desde que o Fundo cumpra os limites de diversificação e regras de investimentos da Lei nº 12.431/11, operações realizadas pelos cotistas ficarão sujeitas ao imposto sobre a renda do seguinte modo: os rendimentos produzidos pelo Fundo serão tributados exclusivamente na fonte à alíquota 0 (zero), quando auferidos por pessoa física.

Por que investir

POR QUE INVESTIR EM INFRAESTRUTURA

- Oportunidades dado o *gap* de investimento em infraestrutura no país¹.
- Menos risco: o investimento no setor via dívida comumente conta com garantias reais de projeto e *covenants*².
- Proteção contra inflação: emissões de infraestrutura geralmente indexados a IPCA.
- Rentabilidade média das debêntures de infraestrutura medida pelo IDA IPCA Infra de IPCA+ 10,8% (últimos 12 meses)³.

POR QUE INVESTIR NO RIO BRAVO ESG IS

- *Track record* comprovado e estruturas próprias: consistência nas distribuições com relativas baixas volatilidade e *duration* através de gestão ativa e oportunidades exclusivas⁴.
- Estratégia ESG única e *rating*⁵.
- Veículo listado, negociado na B3, com formador de mercado e liquidez crescente.

POR QUE INVESTIR AGORA

- Maior previsibilidade regulatória.
- Expectativa de crescimento da oferta de debêntures incentivadas e de infraestrutura no curto prazo⁶.
- Taxas historicamente elevadas dos títulos públicos indexados ao IPCA (NTN-Bs)⁷.
- Rentabilidade-alvo do fundo: NTN-B+ 2,0% a.a.

Fonte: ¹Livro Azul da Infraestrutura – Edição 2023 (ABDIB), em <https://www.abdib.org.br/eventos/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2023/>. ²Opinião do Gestor. ³Calculado como a variação do IDA IPCA Infraestrutura, divulgado pela ANBIMA em https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/consulta-ida.htm sobre a variação do IPCA nos últimos doze meses, de maio de 2023 a abril de 2024. ⁴O RBIF11 tem investido regularmente em ativos exclusivos e/ou originados pela Rio Bravo Investimentos, como BPES11, Cotas do FIDC Siga Energia e Siga Portfolio e CRI 23L2510336. A *duration* histórica do RBIF11 é uma das menores do mercado, com base em relatórios de pesquisa independentes. As distribuições de rendimentos são acessíveis em Rio Bravo Investimentos através dos Relatórios Gerenciais, disponível em <https://www.riobravo.com.br/fundos/rio-bravo-esg-fic-fi-infra/>, com base nas informações divulgadas pelo Administrador fiduciário e B3. ⁵Conforme expresso e disponível no regulamento do fundo, em <https://www.riobravo.com.br/fundos/rio-bravo-esg-fic-fi-infra/>. ⁶Opinião do gestor com base no slide 13 deste Material Publicitário. ⁷Opinião do Gestor com base no slide 14 deste Material Publicitário.

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

Sobre a Rio Bravo

Na Rio Bravo, a sua vida como investidor já começa com 24 anos de experiência.

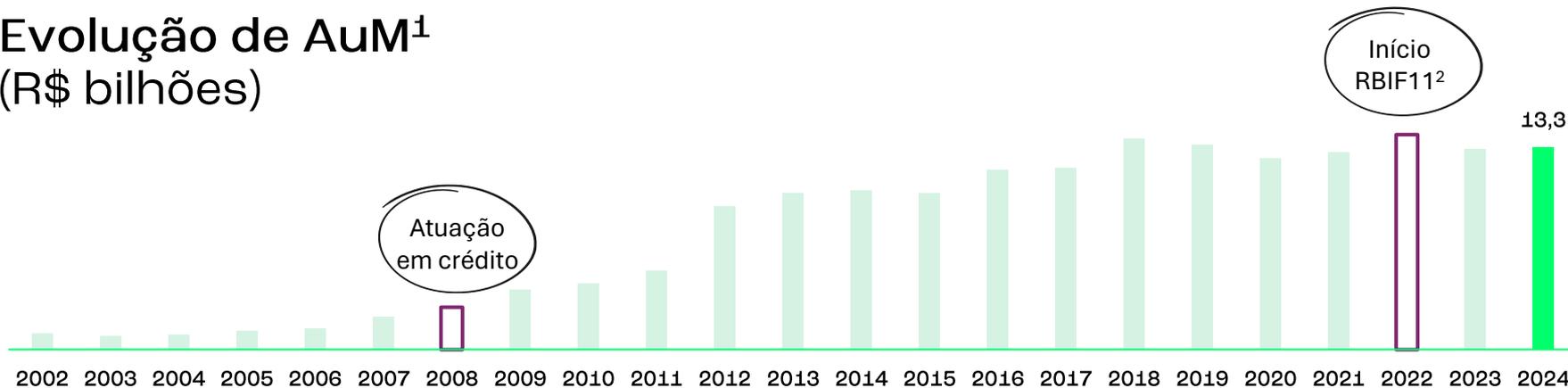
+ **11** bi
Imobiliário

+ **1** bi
Outras Estratégias

S&P Global
Ratings 'AMP-2' (Forte)

+ **1** bi
Renda Fixa & Crédito

Evolução de AuM¹ (R\$ bilhões)



Fonte: Rio Bravo Investimentos com base em informações recebidas dos administradores fiduciários e custodiantes. Patrimônio líquido dos fundos sob gestão e cogestão em 30.04.2024. Disponível em https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/ranking/fundos-de-investimento/gestores.htm. ¹Significa Ativos sob Gestão. ²Início do fundo em 07.06.2022.

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”



GUSTAVO FRANCO

Sócio fundador. Foi presidente do Banco Central do Brasil e diretor da Área Internacional do BACEN. Um dos formuladores do Plano Real, participou ativamente dos debates associados à estabilização e às reformas.



PAULO BILYK

Sócio fundador. CEO e CIO, acompanha a estratégia de crédito desde seu início.



EVANDRO BUCCINI

Sócio. À frente das estratégias de crédito, multimercado e renda variável, anteriormente economista da Rio Bravo.



VICTOR TÂMEGA

Associado. 19 anos de experiência profissional em finanças corporativas, sendo 14 anos de dedicação ao setor de infraestrutura. CGA, CGE e candidato a CFA nível 3.

Área de Crédito da Rio Bravo

R\$ 1.1 bi
Patrimônio líquido sob gestão

10
Profissionais + áreas de apoio

Renda Fixa e Crédito

15 anos de *track record* em renda fixa e crédito privado.

- ✓ Análise fundamentalista – cada crédito analisado detalhadamente, amparados em nossa leitura dos fundamentos mínimos de longo prazo
- ✓ Metodologia própria de avaliação e *rating* de cada crédito
- ✓ Comitê de Crédito e monitoramento constante

Áreas de apoio:
Middle Office (4 profissionais),
Riscos (3), compliance (3) e
jurídico (3)

Equipe Sênior:
5 profissionais juntos a pelo
menos 4 anos

+1,2 bi
sob gestão¹

70%
Crédito Privado

30%
Crédito Imobiliário



MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

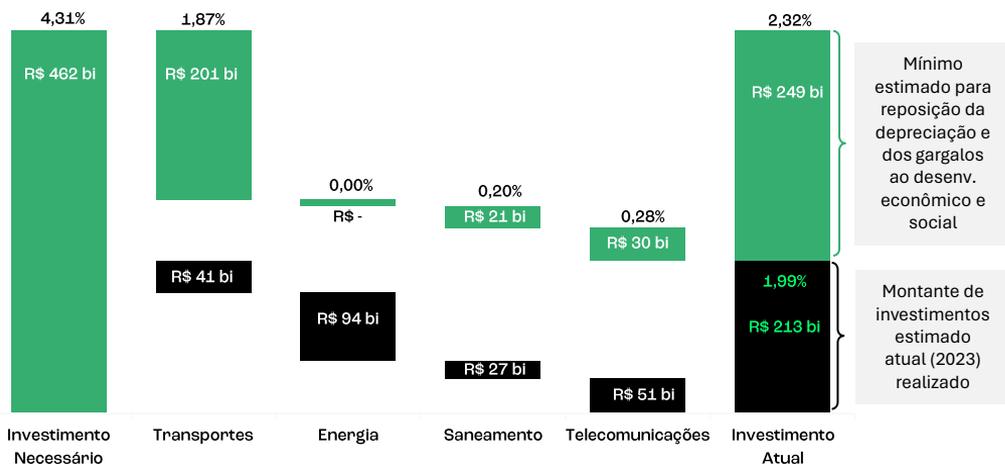
Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

Investimentos em Infraestrutura no Brasil

Gargalos de investimentos em diversos segmentos de infraestrutura¹

Hiato de Investimento em Infra¹ - Base 2023
(% do PIB a.a. e R\$ bilhões)



- Estoque de infraestrutura em relação ao PIB no país de cerca de 34%, vs. Índia (58%) e China (76%)².
- Volume insuficiente para repor a depreciação².

Maior segurança jurídica e previsibilidade regulatória¹

Evolução dos Investimentos em Infraestrutura¹
(Valores em termos reais – em R\$ bilhões a preços de 2023)



- Em 10 anos, o investimento público caiu quase pela metade, enquanto o investimento privado cresceu 21%, alcançando 78% do total.
- Lei 14.801/24 cria as debêntures de infraestrutura, ampliando as possibilidades de financiamento privado, com incentivo tributário ao emissor e cláusulas com variação cambial. Regulamentação das debêntures de infraestrutura potencialmente impulsionará mais a participação privada³
- Atualização regulatória: o decreto 11.964/24 dispensa a necessidade de portarias específicas pelos ministérios competentes e permite a emissão incentivada por projetos de geração distribuída. Expectativa de crescimento nas emissões privadas com a atração massiva de recursos institucionais quando da regulamentação dos procedimentos de enquadramento³.

Fonte: ¹Livro Azul da Infraestrutura – Edição 2023 (ABDIB), em <https://www.abdib.org.br/eventos/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2023/>.

²Livro Azul da Infraestrutura – Edição 2022 (ABDIB), em <https://www.abdib.org.br/livro-azul-da-infraestrutura-edicao-2022/>.

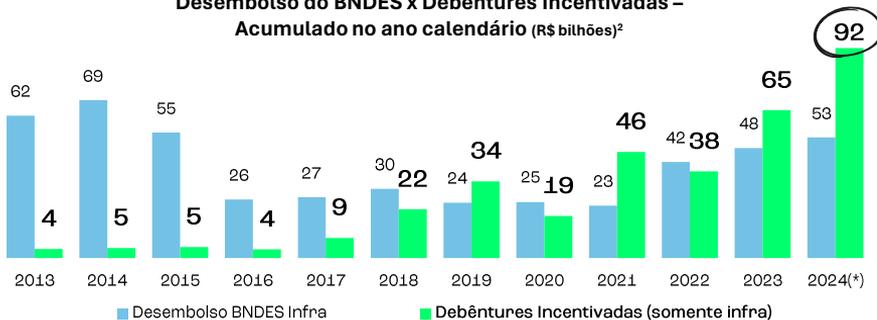
³Opinião do gestor

Investimentos em Infraestrutura no Brasil

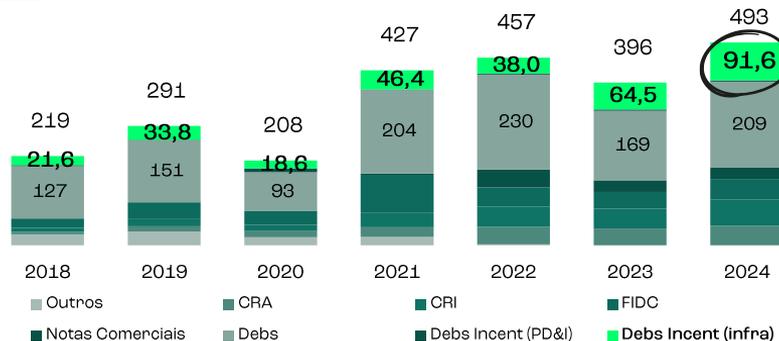
Mercado de crédito em franca expansão, com destaque para o crescimento da participação de debêntures incentivadas no rol de emissões

- Participação pública ganha força desde 2022 através do BNDES, mas bem inferior ao mercado de capitais. Contrapartida pública é importante para fazer frente ao volume necessário pra investimentos e alocação adequada de riscos em diferentes bolsos¹.
- Recursos públicos são importantes como contrapartidas em PPPs e viabilização de projetos com baixo apelo econômico-financeiro ao parceiro privado¹.
- Emissões incentivadas para infraestrutura batem recorde de R\$ 92 bi nos últimos 12 meses. Volume de emissões de renda fixa alcançaram quase R\$ 500 bilhões até abril/24^(*).
- Debêntures convencionais, mas principalmente incentivadas para infraestrutura, mostram retomada expressiva no período: 31% dos recursos direcionados para infraestrutura.

Desembolso do BNDES x Debêntures Incentivadas – Acumulado no ano calendário (R\$ bilhões)²



Emissões de Renda Fixa³ - Mercado de Capitais (R\$ bilhões)



Destinação de Recursos³ e Total Emitido - Mercado de Capitais (%) e R\$ bilhões

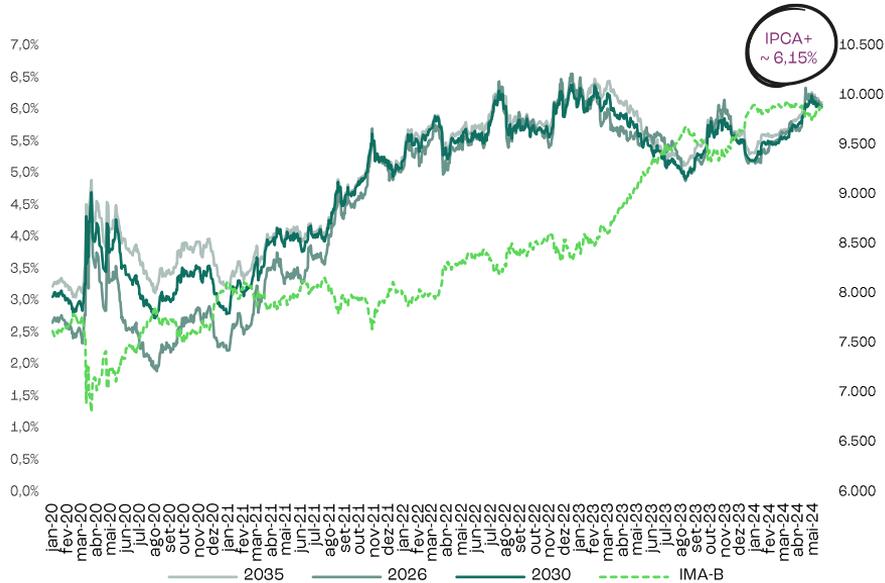


^(*)Últimos doze meses até abril; março no caso do BNDES e BNB em função dos últimos dados disponíveis; Fonte: ¹Opinião do gestor; ⁽²⁾ BNDES, em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/desembolsos>; https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/relatorios/mercado-de-capitais/boletim-de-mercado-de-capitais/emissoes-mostram-recuperacao-em-maio-com-o-maior-volume-desde-marco-23.htm; e ³ANBIMA em <https://data.anbima.com.br/publicacoes/boletim-de-mercado-de-capitais>

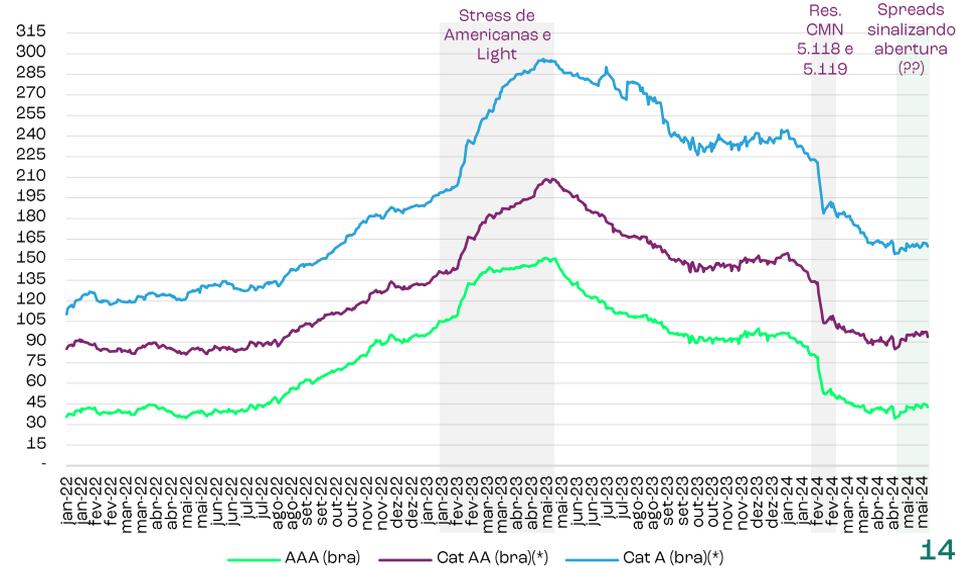
Investimentos em Infraestrutura no Brasil

Oportunidade de investimento: alocação em ativos incentivados com potencial de *upside* em razão da abertura das NTN-Bs em níveis historicamente elevados².

Série Histórica de Retornos da NTN-B (eixo esquerdo) e IMA-B¹ (eixo direito). Abertura das taxas e volatilidade do IMA-B



Evolução dos spreads de crédito com base no Indicativo pela ANBIMA ao Longo do Tempo por categoria de rating¹. Debêntures incentivadas e não-incentivadas (em bps sobre a NTN-B de duration equivalente)



CENÁRIO DE INFRAESTRUTURA COMPLETO DISPONÍVEL NO ANEXO

Fonte: ¹Elaboração do Gestor através da ferramenta Economática, com base nos dados históricos da ANBIMA; ²Opinião do gestor. Data base das análises: 21.05.2024.

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

**RBIF11: destaques e
tese de investimento**

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

RBIF11 – Destaques e tese de investimento

O Rio Bravo ESG IS investe em um portfólio diversificado de debêntures incentivadas, selecionadas a partir de um processo ESG proprietário.

Distribuição de rendimentos mensal	TOP 3 retorno entre os pares do setor ¹
Único Fundo IS da categoria	Estratégia de giro da carteira para ganhos oportunistas
Exigência de rating mínimo de 'BBB-'(bra) para todos os ativos	Aderente às Políticas de Investimento de Fundos de Pensão

Diversificação¹

23
Ativos

9
Setores de infraestrutura

Performance¹

18%
Retorno histórico

Dividend Yield¹

14,8%
Janela 12 meses

Distribuição média mensal (últimos 12 meses)¹

1.09
R\$/cota

Liquidez (volume negociado abril)¹

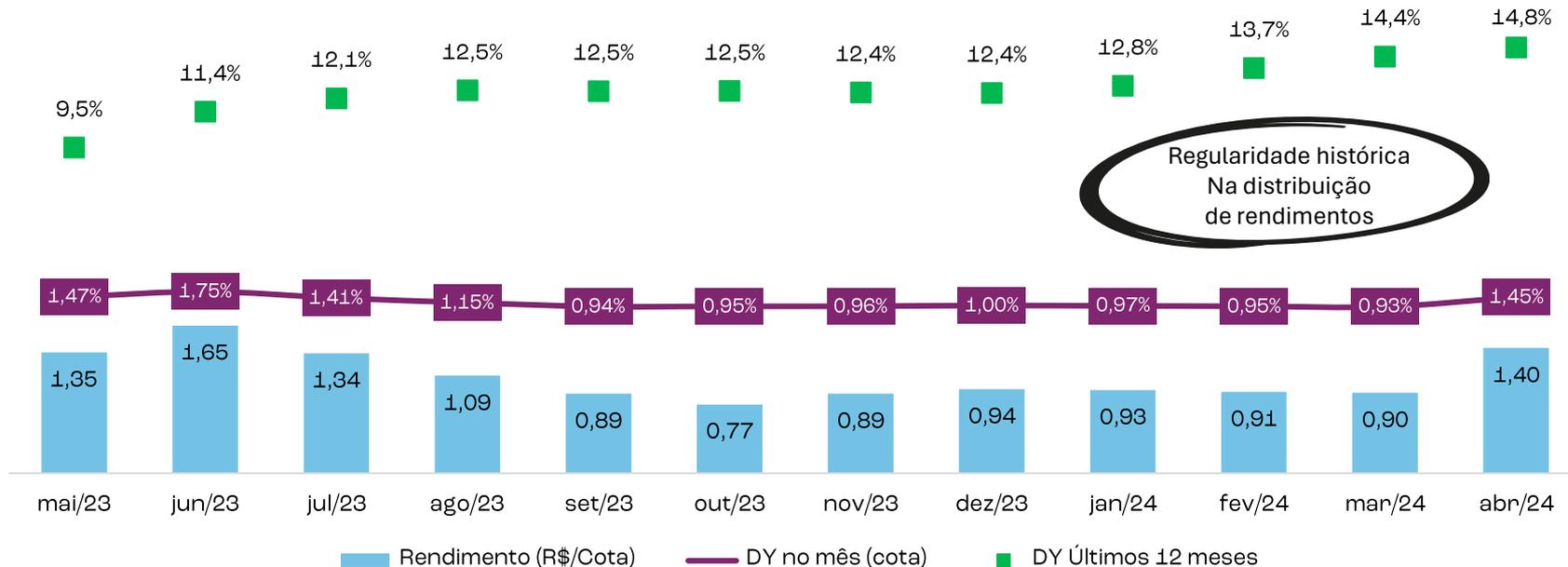
1.7
R\$ milhões

RBIF11 – Destaques e tese de investimento

Rendimentos mensais constantes e divulgação de *guidance* para acompanhamento dos cotistas

Rendimentos Isentos²

Rendimento distribuído (R\$/cota) e DY¹ (mensal e anual - % sobre a cota patrimonial)



Fonte: Rio Bravo Investimentos através dos Relatórios Gerenciais, disponível em <https://www.riobravo.com.br/fundos/rio-bravo-esg-fic-fi-infra/>, com base nas informações divulgadas pelo Administrador fiduciário e B3. ¹Significa *dividend yield*, equivalente à razão entre o rendimento distribuído por cota e o valor patrimonial no início do mês ou ano de referência. ²Desde que o Fundo cumpra os limites de diversificação e regras de investimentos da Lei nº 12.431/11, operações realizadas pelos cotistas ficarão sujeitas ao imposto sobre a renda do seguinte modo: os rendimentos produzidos pelo Fundo serão tributados exclusivamente na fonte à alíquota 0 (zero), quando auferidos por pessoa física.

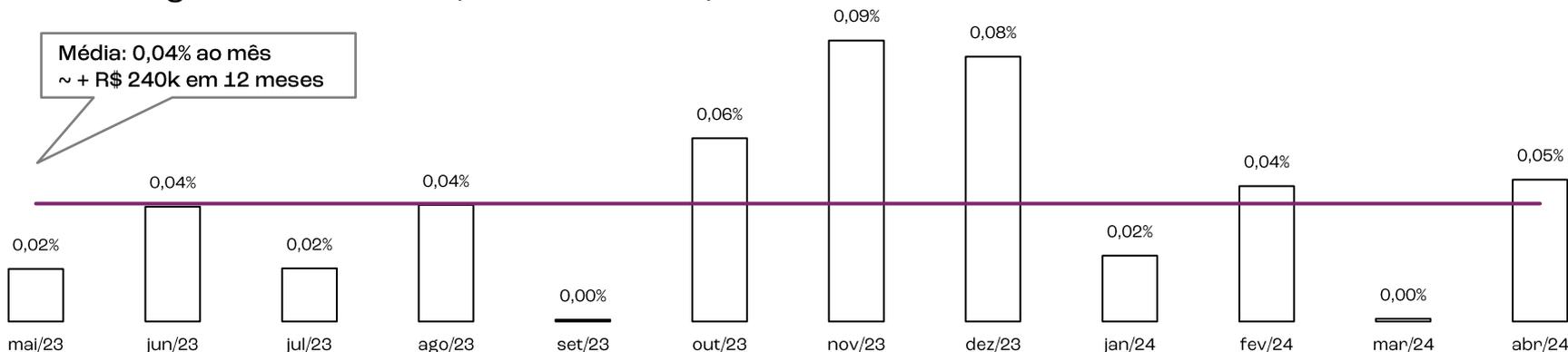
RBIF11 – Destaques e tese de investimento

Giro da carteira com gestão ativa do portfólio permite ganhos táticos adicionais

- Expertise da gestão e monitoramento constante possibilitam observar oportunidades de giro tático.
- Ganho no giro contribui para a distribuição de resultados extraordinários.

	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24
Contribuição Proporcional IMA-B	-0,35%	0,46%	0,06%	-1,32%
Efeito Vértices de Juros Real	0,09%	0,06%	0,03%	-0,06%
Efeito Spread Crédito IPCA+	1,03%	1,86%	0,45%	0,23%
Retorno Parcela CDI+	0,24%	0,18%	0,13%	0,14%
Resultado Giro Ativo	0,02%	0,04%	0,00%	0,05%
Resultado Bruto Período	1,03%	2,61%	0,67%	-0,96%
IMA-B no Período	-0,45%	0,55%	0,08%	-1,59%
IDA IPCA Infra no Período	0,67%	2,45%	0,52%	-1,68%

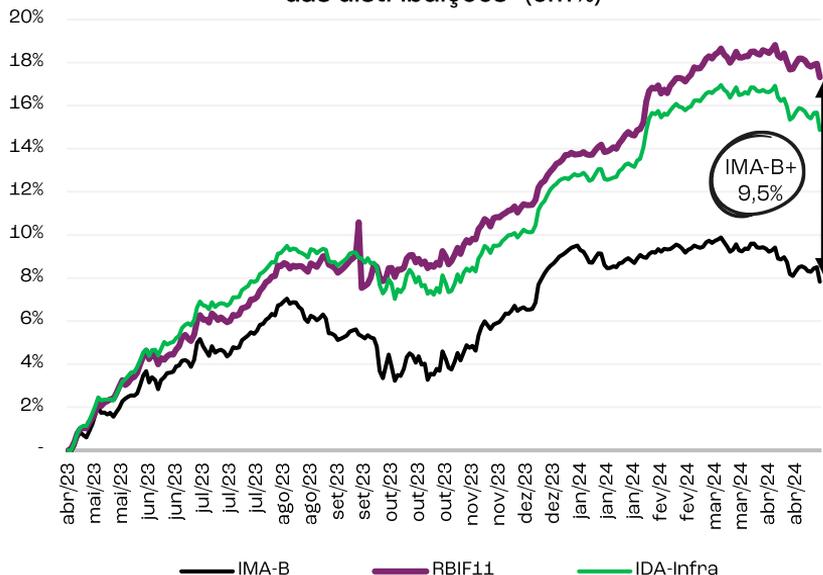
Resultado com giro tático de ativos (últimos 12 meses)



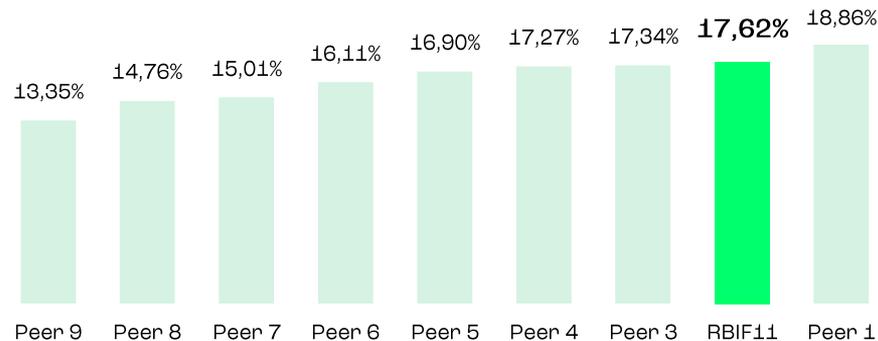
RBIF11 – Destaques e tese de investimento

Performance acima do benchmark e TOP 3 entre os pares com menos volatilidade

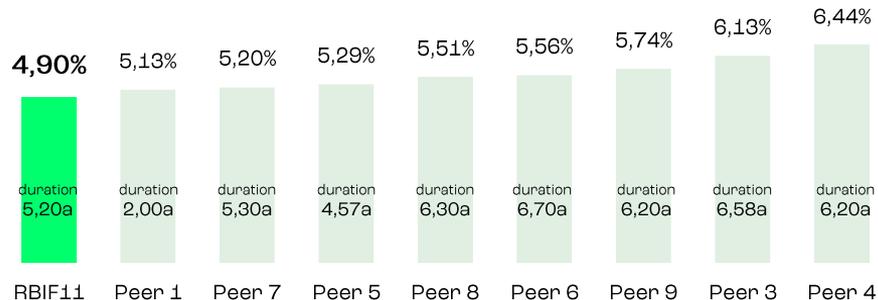
Valorização da cota patrimonial assumindo reinvestimento das distribuições¹ (em %)



Retorno Total da Cota Patrimonial nos Últimos 12 Meses (%)²



Volatilidade Anualizada da Cota Patrimonial nos Últimos 12 Meses (%)²



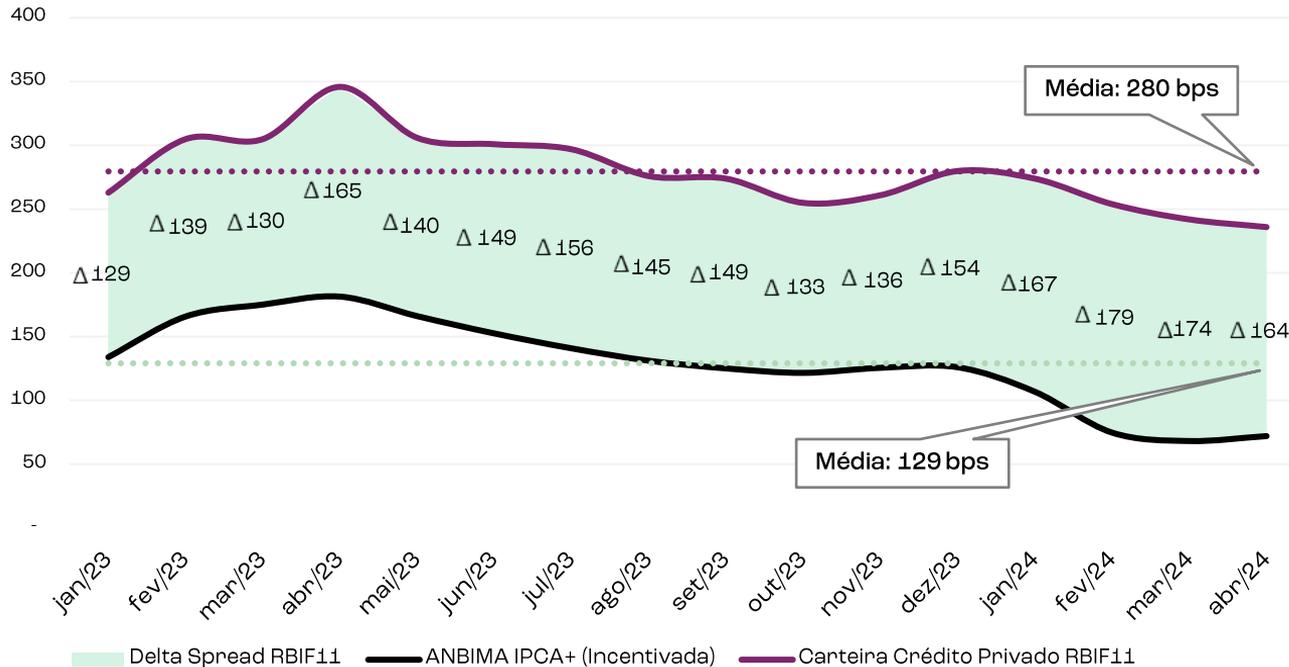
Fonte: Rio Bravo Investimentos com base em informações do administrador fiduciário. Para IMA-B e IDA IPCA Infraestrutura, Economática com dados da B3 e CETIP.

¹Considera as distribuições de rendimentos. Últimos 12 meses. Antes dos custos da oferta inicial do fundo. Pós custos de administração e outras despesas recorrentes do fundo, como auditoria, CETIP, Selic, B3, etc.

²Considera as distribuições de rendimentos.

RBIF11 – Destaques e tese de investimento

Comparativo RBIF11 e portfólio de mercado



- *Spread* da carteira de crédito do RBIF11 supera em 151 bps a carteira de mercado desde janeiro (média aritmética simples das Debêntures incentivadas em IPCA+ constante na base com precificação diária da ANBIMA).
- Capacidade da gestão de sustentar consistentemente o *spread* de crédito médio da carteira – mercado a mercado - acima da média de mercado.
- Mudanças estruturais no mercado capazes de impactar os *spreads* são normais e esperados de tempos em tempos, como as resoluções CMN 1.118 e 1.119 de fev/24, limitando o lastro de emissões de CRIs, CRAs, entre outros.
- Cabe ao gestor transformar essas movimentações naturais dos *spreads* em retorno positivo para os cotistas.

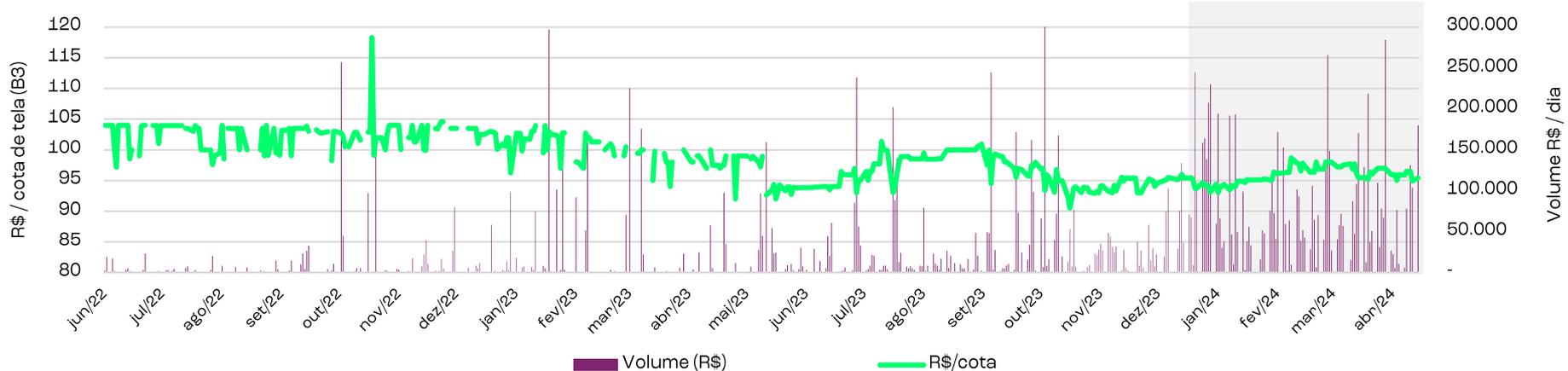
RBIF11 – Destaques e tese de investimento

Aumento de liquidez expressivo desde a contratação do Formador de Mercado

- Desde o início da atuação do formador de mercado (jan-24), o volume médio negociado diário (ADTV) cresceu 267%, atingindo R\$ 82.000¹.
- O *spread* médio fechou 74%, resultando em 0,80%¹.

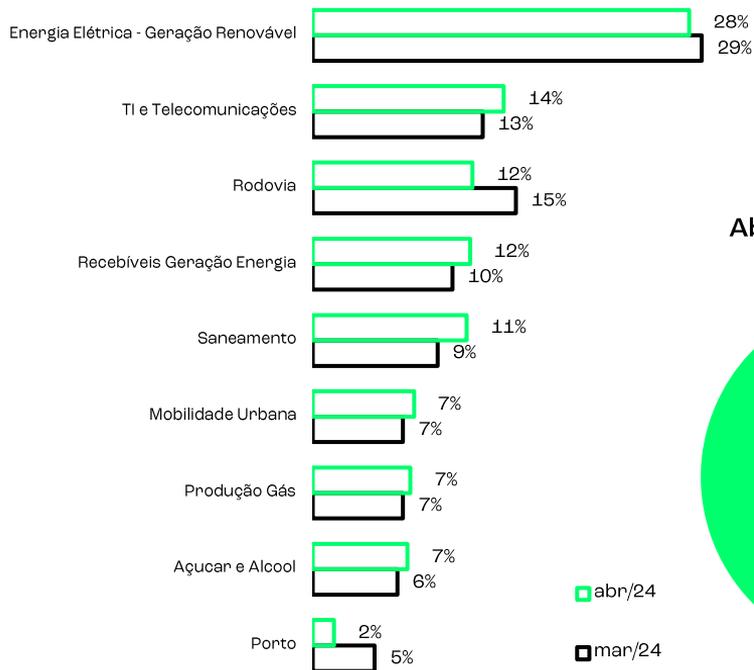
Contratação formador de mercado

	Out-23	Nov-23	Dez-23	Jan-24	Fev-24	Mar-24	Abr-24
Vol. Negociado (R\$)	1.176.044	647.478	481.606	2.309.654	1.347.318	1.458.455	1.658.394
Média diária (R\$)	58.802	34.077	26.724	109.984	74.851	76.760	79.698
Giro mensal (%)	1,94%	1,10%	0,80%	3,92%	2,23%	2,38%	2,76%

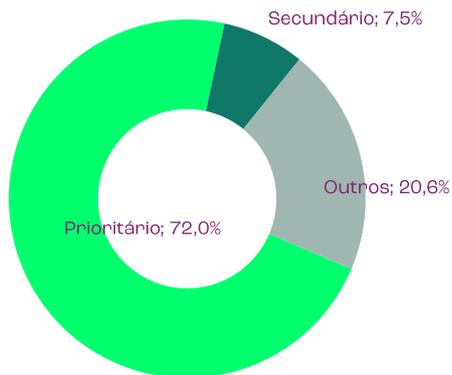


RBIF11 – Destaques e tese de investimento

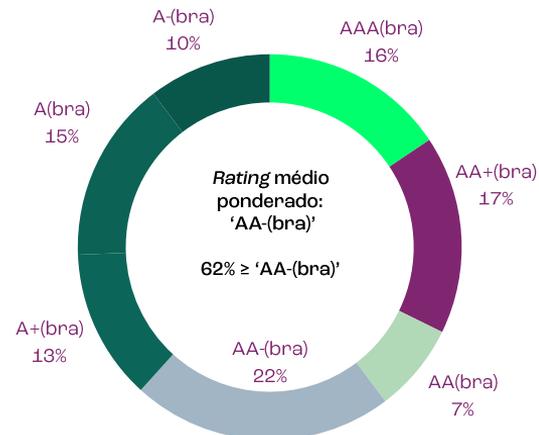
Abertura por Setor (Crédito Privado)



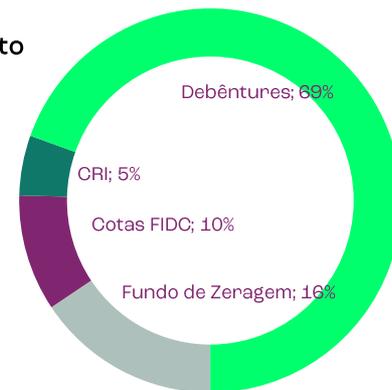
Abertura pela Taxonomia IS



Abertura por rating



Abertura por Instrumento



MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

Estudo de Viabilidade¹

#	Segmento	Instrumento	Indexador Original	Rating Independente	Duration	Volume	PL	Retorno (Carrego) IPCA+	Spread NTN-B Atual
					anos	R\$ milhões	%	%	bps
1	Energia Elétrica - Geração Renovável	CRI	IPCA+	AA-(bra)	7,6	7,5	7,3%	11,5%	496
2	Recebíveis Geração Energia	Cota Sr. FIDC	CDI+	A-(bra)	2,5	7,0	7,3%	11,7%	506
3	Geração Termelétrica a Gás Natural	Debênture Incentivada	IPCA+	A-(bra)	5,0	10,0	10,4%	10,0%	350
4	Transporte e Logística	Debênture	IPCA+	AAA(bra)	4,1	2,0	2,1%	9,3%	282
5	Transporte e Logística	Debênture	IPCA+	AAA(bra)	5,1	2,0	2,1%	9,2%	277
6	Transporte e Logística	Debênture	IPCA+	AAA(bra)	5,0	2,0	2,1%	9,1%	267
7	Saneamento	Debênture	IPCA+	AA(bra)	0,7	2,0	2,1%	9,9%	251
8	TI e Telecomunicações	Debênture Incentivada	IPCA+	A-(bra)	4,9	7,7	7,6%	8,8%	237
9	TI e Telecomunicações	Debênture Incentivada	IPCA+	A-(bra)	2,4	2,0	2,1%	8,7%	232
10	Energia Elétrica - Geração Renovável	Debênture Incentivada	IPCA+	AA(bra)	6,2	2,0	2,1%	8,7%	225
11	Energia Elétrica - Geração Renovável	Debênture	IPCA+	AA-(bra)	1,5	2,0	2,1%	8,6%	219
12	TI e Telecomunicações	Debênture Incentivada	IPCA+	A+(bra)	3,6	2,0	2,1%	8,6%	217
13	TI e Telecomunicações	Debênture Incentivada	IPCA+	A+(bra)	4,7	2,4	2,4%	8,5%	215
14	Energia Elétrica - Transmissão	Debênture	IPCA+	AA+(bra)	3,9	2,0	2,1%	8,5%	209
15	Produção de Gás Natural	Debênture Incentivada	IPCA+	A(bra)	6,3	2,0	2,1%	8,3%	191
16	Rodovia	Debênture Incentivada	IPCA+	AA(bra)	5,7	2,0	2,1%	8,1%	174
17	Saneamento	Debênture Incentivada	IPCA+	AAA(bra)	9,3	9,0	9,4%	8,1%	170
18	Saneamento	Debênture Incentivada	IPCA+	AA-(bra)	9,1	3,0	2,9%	8,0%	167
19	Saneamento	Debênture Incentivada	IPCA+	AA+(bra)	9,0	4,0	4,0%	7,9%	159
20	Rodovia	Debênture Incentivada	IPCA+	A(bra)	5,9	2,0	2,1%	7,9%	157
21	Saneamento	Debênture Incentivada	IPCA+	AA+(bra)	9,1	9,0	9,4%	7,9%	157
22	Saneamento	Debênture Incentivada	IPCA+	AA+(bra)	9,1	9,0	9,4%	7,9%	156
23	Mobilidade Urbana	Debênture Incentivada	IPCA+	AA+(bra)	3,6	2,0	2,1%	7,8%	151
Portfólio Crédito Privado				AA-(bra)	6,2	93,7	97,2%	9,0%	257
Liquidez				AAA(bra)	-	2,7	2,8%	7,2%	81
Total de Ativos (captação líquida)				AA-(bra)	5,5	96,4	100%	9,0%	252

25%

Expectativa de Alocação em Ativos exclusivos

Mapeamento de Ativos:

Alocação remanescente indicativa com base no mapeamento de ativos com boa qualidade de crédito, carrego e liquidez adequada para possível giro tático.

Mercado primário forte e capacidade de originação resultam em novas oportunidades aderentes com a tese de investimento e retorno projetado.

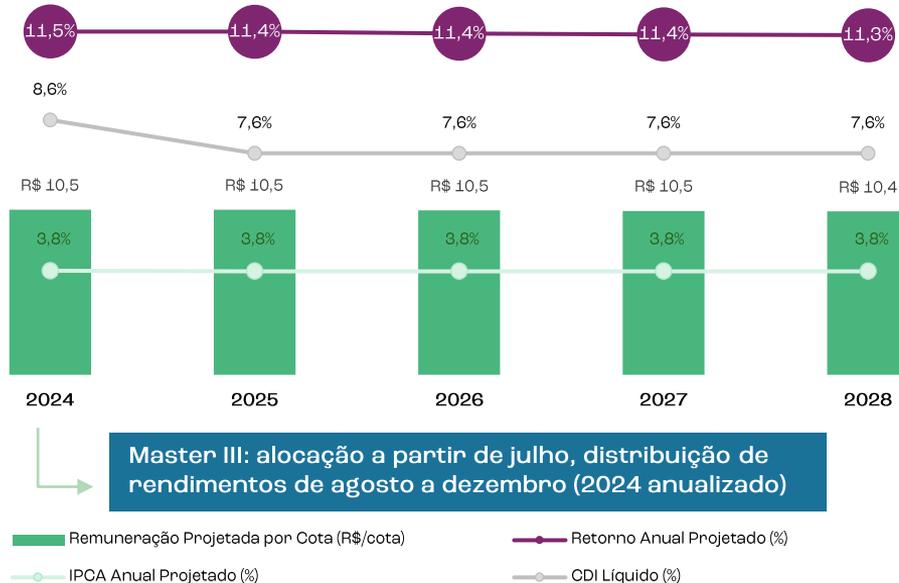
Rentabilidade projetada²: 8,0%
(líquida de custos e taxas do fundo)

Fonte: Rio Bravo Investimentos; ²Equivalente em IPCA+; ¹Carteira otimizada quanto a retorno, diversificação de setores de infraestrutura, duration, rating e taxonomia do Fundo. Condições econômicas e de mercado de capitais de 30.04.2024. Nota: Valores brutos de custos e despesas do fundo. Para o Portfólio. Rating, Prazo, Duration, IPCA+ e NTN-B se baseiam em uma média ponderada dos valores em relação a sua % no PL do Fundo. **OS VALORES ACIMA DESCRITOS NÃO REPRESENTAM E NEM DEVEM SER CONSIDERADOS, A QUALQUER MOMENTO E SOB QUALQUER HIPÓTESE, COMO PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE FUTURA** Fonte: Análise Rio Bravo Investimentos com base em CETIP, ANBIMA e calls diários de corretoras. Data Base: 30.04.2024.

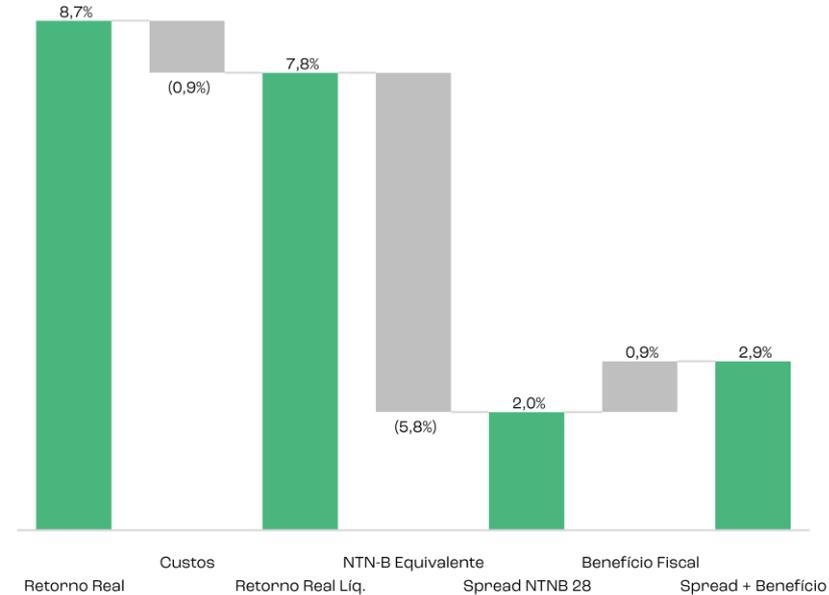
Estudo de Viabilidade

Projeção de Distribuição de Rendimentos Nominais do RBIF11

Projeções da Remuneração Nominal / Cota (R\$ / cota) e Dividend yield
 Projetados apenas com base no carregamento da carteira (sem assumir
 movimentação de curva, spreads nem giro tático) (% a.a.)



Quebra do Retorno (Caixa distribuído) Projetado para o 1º ano¹



Fonte: Rio Bravo Investimentos com base no Estudo de Viabilidade da Oferta. Data Base: 30.04.2024. ¹Retorno real difere levemente do carregamento indicado no Pipeline Tentativo por se tratar de distribuição efetiva de caixa a título de rendimento ao passo que a informação do Pipeline Tentativo é o carregamento médio da alocação.

OS VALORES ACIMA DESCRITOS NÃO REPRESENTAM E NEM DEVEM SER CONSIDERADOS, A QUALQUER MOMENTO E SOB QUALQUER HIPÓTESE, COMO PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE FUTURA

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

Detalhes da Oferta

Oferta	Distribuição Pública Primária de Cotas da 3ª Emissão do Rio Bravo ESG IS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos incentivados de Investimento em Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado
Tipo da Oferta	Rito de registro automático, nos termos do art. 26, VII, “c”, da Resolução CVM 160
Público-Alvo	A oferta é destinada ao público investidor em geral, compreendendo: (i) fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, e outros investidores institucionais autorizados a adquirir as Cotas, nos termos da regulamentação vigente e aplicável, assim como investidores pessoas físicas ou jurídicas que formalizem documento de aceitação da Oferta em valor igual ou superior a R\$ 1.000.070,25 (um milhão e setenta reais e vinte e cinco centavos), já considerada a Taxa de Distribuição Primária, que equivale à quantidade mínima, na Data de Liquidação, de 10.425 (dez mil e quatrocentos e vinte e cinco) Cotas, que aceitem os riscos inerentes ao investimento nas Cotas (“Investidores Institucionais”); e (ii) investidores individuais e que aceitem os riscos inerentes ao investimento nas Cotas, e que formalizem um ou mais Pedidos de Subscrição durante o Período de Subscrição, junto a uma única Instituição Participante da Oferta, em valor agregado igual ou inferior a R\$ 999.974,32 (novecentos e noventa e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos), já considerada a Taxa de Distribuição Primária, que equivale à quantidade máxima, na Data de Liquidação, de 10.424 (dez mil e quatrocentos e vinte e quatro) Cotas, que aceitem os riscos inerentes ao investimento nas Cotas (“Investidores Não Institucionais”)
Coordenadores	GUIDE INVESTIMENTOS S.A. CORRETORA DE VALORES, enquanto Coordenador Líder; RIO BRAVO INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., ALFA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., e o ARAÚJO FONTES CONSULTORIA E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA., enquanto Coordenadores Contratados.
Valor Inicial da Emissão	O montante de até 1.042.427 (um milhão e quarenta e dois mil e quatrocentos e vinte e sete) Cotas, totalizando o montante de até R\$ 100.000.022,11 (cem milhões, vinte e dois reais e onze centavos), já considerada a Taxa de Distribuição Primária. Não haverá lote adicional de Cotas.
Valor Mínimo da Emissão	O montante mínimo de 52.122 (cinquenta e dois mil, cento e vinte e dois) Cotas, equivalente a R\$ 5.000.063,46 (cinco milhões, sessenta e três reais e quarenta e seis centavos), já considerada a Taxa de Distribuição Primária.
Preço de Emissão	O preço de cada Cota do Fundo, objeto da 3ª Emissão, será de R\$ 92,37 (noventa e dois reais e trinta e sete centavos), sem considerar a Taxa de Distribuição Primária.
Taxa de Distribuição Primária	Taxa devida pelos Investidores, quando da integralização das Cotas, adicionalmente ao Preço de Emissão, no valor de R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos) por Cota efetivamente integralizada, ou seja, a 3,85% (três por cento e oitenta e cinco e centésimos por cento) do Preço de Emissão, na Data de Liquidação.
Preço Efetivo por Cota	O preço a ser pago pelo Investidor quando da subscrição e integralização das Cotas equivalente ao Preço de Emissão, acrescido da Taxa de Distribuição Primária, equivalentes a R\$ 95,93 por Cota.
Aplicação Mínima	No valor mínimo a ser subscrito por Investidor no contexto da Oferta é de 1 (uma) cota.
Regime de Distribuição	Melhores esforços

Para maiores informações, leia o Prospecto e o Regulamento do Fundo.

Detalhes da Oferta – Cronograma Indicativo

	Evento	Data
1	Divulgação do Fato Relevante e Ato de Aprovação da Oferta	04/06/24
2	Requerimento de Registro Automático da Oferta na CVM e Data de Obtenção do Registro Automático na CVM	06/06/24
3	Divulgação do Anúncio de Início e disponibilização do Prospecto e Lâmina	06/06/24
4	Data de corte para identificação dos Cotistas com do Direito de Preferência - Data Base	11/06/24
5	Início do período de exercício, negociação do Direito de Preferência e subscrição na B3 e no Escriturador	13/06/24
6	Encerramento do período de negociação do Direito de Preferência na B3	26/06/24
7	Encerramento do período de exercício do Direito de Preferência na B3	28/06/24
8	Encerramento do período de exercício do Direito de Preferência no Escriturador e Liquidação do Direito de Preferência	01/07/24
9	Divulgação do Comunicado de Encerramento do Período do Direito de Preferência	02/07/24
10	Início do Período de Subscrição	02/07/24
11	Término do Período de Subscrição	12/07/24
12	Procedimento de Alocação	15/07/24
13	Data de Liquidação	18/07/24
14	Data máxima para divulgação do Anúncio de Encerramento	29/11/24

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

Rio Bravo | Renda Fixa

Processo de Investimento Robusto



- ✓ Emissões primárias ou mercado secundário de ofertas públicas.
- ✓ Seleção de oportunidades de crédito respeitando o Regulamento do Fundo, incluindo mas não se limitando aos Ativos Incentivados e limites por modalidade e emissor.
- ✓ Respeito à taxonomia ESG do FI INFRA.
- ✓ Filtragem “Know your 3rd Party” com equipe de Compliance¹.
- ✓ Recebimento de informações básicas para análise de crédito e aspectos ESG.

- ✓ Análise de crédito fundamentalista e de aspectos ESG iniciais, incluindo análise de elegibilidade, da categorização e da contribuição ESG.
- ✓ Identificação de *gaps* ESG com base no IFC Performance Standards, na legislação vigente e regulamentação setoriais.
- ✓ Pré-aprovação da operação (*greenlight* do Comitê de Crédito - COC).

- ✓ COC proporá ou não alteração das condições inicialmente apresentadas pela Equipe de Gestão de Infraestrutura e Equipe de Operação de Infraestrutura.
- ✓ Decisão e documentação aprovando a operação de crédito deverá conter, se cabível, observações quanto a aspectos ESG.
- ✓ Envio da intenção de aquisição do ativo ao coordenador da oferta ou mesa de operações.

- ✓ Monitoramento diário do limite de exposição e do preço dos ativos.
- ✓ Acompanhamento periódico do desempenho e perfil de crédito e atendimento dos covenants e obrigações do Emissor e como este evolui quanto a aspectos ESG.
- ✓ Análise de relatórios periódicos incluindo o relatório de sustentabilidade, se for o caso
- ✓ Ativismo e engajamento com o Emissor, se for o caso.
- ✓ Revisão de limite ou situação, se necessário, via convocação de COC.

Fonte: Rio Bravo Investimentos. ¹Com base em metodologia e processo descrito nas Políticas de Compliance, disponíveis em <https://www.riobravo.com.br/quem-somos/governanca-corporativa/>

²Não recorrente, apenas quando convocado pelo CIO. Fonte: Política IS do RBIF11, Política de Crédito Privado da Rio Bravo Investimentos.

Carteira do PPI

Programa de Parcerias de Investimentos: 168 leilões e projetos demandarão R\$ 908,5 bilhões em investimentos nos próximos anos¹. O Novo PAC prevê investimentos de R\$ 1,7 trilhões, sendo R\$ 1,3 trilhões de investimentos entre 2023 a 2026, abrangendo 9 eixos de investimento.

Projetos de Transporte¹

Leiloados entre 2019/2022

Projetos de Energia, Óleo, Gás e Mineração¹

Leiloados entre 2019/2022

Demais Projetos¹

Leiloados entre 2019/2022

SETOR (#) | INVESTIMENTO

SETOR (#) | INVESTIMENTO

SETOR (#) | INVESTIMENTO

Portos (35) | R\$ 5,89 bi

Óleo e Gás (10) | R\$ 624 bi

5G (1) | R\$ 42,1 bi

Aeroportos (49) | R\$ 16,91 bi

Energia - Privatização (1) | R\$ 10,0 bi

Saneamento Básico (9) | R\$ 41,9 bi

Rodovias (7) | R\$ 48,59 bi

Energia - Geração (10) | R\$ 33,5 bi

Iluminação Pública (15) | R\$ 1,97 bi

Ferrovias (7) | R\$ 43,88 bi

Energia - Transmissão (5) | R\$ 31,1 bi

Resíduos Sólidos Urbanos (1) | R\$ 1,1 bi

Total (98) | R\$ 115,28 bi

Mineração (7) | R\$ 446 bi

Parques para Visitação (4) | R\$ 4,8 bi

Terminal Pesqueiro (4) | R\$ 588,6 mi

In irrigação (1) | R\$ 1,59 bi

Total (35) | R\$ 94,1 bi

207

PROJETOS¹



2023

15 LEILÕES
R\$ 71,2 BI²

2022

37 LEILÕES
R\$ 72,3 BI

- ✓ Portos (4; R\$ 3,24bi): CODESA, Santos, Paranaguá e Recife;
- ✓ Rodovias (1; R\$ 21,15bi): BR 116/493 (Rio-Valadares); Ferrovias (1; R\$ 11,88bi): Renovação da MRS;
- ✓ Aeroportos (15; R\$ 9,99bi): 7ª rodada de blocos - Bloco SP/MG/MS/PA (11 aeroportos), Bloco Aviação Geral RJ/SP (2 aeroportos), Bloco Norte II PA/AP (2 aeroportos)
- ✓ Energia (3; R\$ 42bi): Contratação de geração de “energia nova”, privatização da Eletrobras e 1 leilão de transmissão
- ✓ Óleo e Gás (1; R\$ 828mi): Oferta Permanente
- ✓ Terminais Pesqueiros (3; R\$ 1,63bi): Manaus (AM); Belém (PA); Vitória (ES)
- ✓ Parques e Florestas (1; R\$ 4,67bi): Iguaçu (PR)
- ✓ Desenvolvimento regional (1; R\$ 11,44bi): Irrigação do Baixo do Irecê
- ✓ Concessão Completa de Saneamento (1; R\$ 348mi): São Simão; Esgotamento Sanitário (1; R\$ 556mi): Crato (CE); Resíduos Sólidos (1; R\$ 1,11bi): Consórcio Convale (MG)
- ✓ Iluminação Pública (4; R\$ 375mi): Caruaru (CE); Jaboatão dos Guararapes (PE); Cachoeiro de Itapemirim (ES); Toledo (PR)

Fonte: ¹Apresentação da 23ª Reunião do Conselho do PPI em <https://www.ppi.gov.br/arquivos/>. ²<https://www.poder360.com.br/infraestrutura/leiloes-de-infraestrutura-do-1o-ano-de-lula-tem-baixa-competicao/>

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

Leilões de Infraestrutura

- Em se tratando de rodovias, portos, transmissão de energia e a carteira de projetos do BNDES, leilões já previstos principalmente ainda em 2024 podem levantar R\$ 200 bilhões^{1,2}. Somente considerando projetos rodoviários, o montante é de cerca de R\$ 130 bilhões.
- Expectativa é que o governo federal avance na agenda de concessões em 2024, diferentemente de 2023 em que poucos leilões atraíram pouca competição devido à baixa atratividade dos editais. Somente em rodovias e portos, deverão ser até 24 certames.
- A carteira do PPI e os números do PAC é muito superior devido a outras infraestruturas, se é referente a estados ou à esfera Federal e modelos de investimento, incluindo desestatizações e investimentos públicos diretos.
- A ABDIB³ projeta os seguintes investimento pelos próximos anos:
 - ✓ **Aeroportos: +R\$ 5,6 bi até 2026.** Entre 2019 e 22 foram licitados 49 terminais (R\$ 16 bi). Em 2023 os vencedores da 7ª rodada de licitação (Blocos Aviação Geral, Norte II e SP/MG/MS/PA) começaram a assumir os ativos. Como destaque, observamos a 1ª relicitação do setor (São Gonçalo do Amarante). Restam definições sobre Viracopos, Galeão e Santos Dumont. Avançam os estudos para a realização de PPPs em aeroportos regionais, com destaque para os aeroportos no Amazonas.
 - ✓ **Ferrovias, +R\$ 45,9 bi até 2028.** No campo das commodities, destacamos as renovações antecipadas das concessões ferroviárias, tornando-se importante concluir os processos de renovação da FCA e Malha Sul. São estimados com as renovações de todos os contratos (R\$ 30 bi em investimentos). Outra possibilidade para a expansão do sistema é a inserção do modelo de corredores short lines, nos quais também é possível operar trens de carga geral e de passageiros.
 - ✓ **Mobilidade urbana: +R\$ 19,1 bi até 2027.** Em 2022, foi concedido o Metro de Belo Horizonte (R\$ 3,7 bi). Em 2023, SP avançou nos diversos estudos dos projetos das linhas 11, 12 e 13 da CPTM, além das linhas 10 e 14. Além disso o governo de SP estrutura a ampliação do Metro com a implantação, através de PPP, das linhas 19 e 20.

Projeto ⁴	Investimentos	Setor	Período
BR-040 (MG/GO)	R\$ 10,60 bi	Rodovias	1S 2024
BR-381 (MG/BH)	R\$ 10,00 bi	Rodovias	1S 2024
BR-153/262 (GO/MG)	R\$ 9,40 bi	Rodovias	1S 2024
BR-040 (MG/RJ)	R\$ 9,00 bi	Rodovias	1S 2024
BR-040 (MG/BH)	R\$ 8,80 bi	Rodovias	1S 2024
BR-262 (MG)	R\$ 7,90 bi	Rodovias	1S 2024
BR-060/452 (GO)	R\$ 6,30 bi	Rodovias	2S 2024
BR-163/277 (PR) - Lote 6 do Paraná	R\$ 14,80 bi	Rodovias	2S 2024
BR-369/373/376 (PR) - Lote 3 do Paraná	R\$ 13,50 bi	Rodovias	2S 2024
GO-020/060/070/080	R\$ 10,70 bi	Rodovias	2S 2024
BR-364 (RO)	R\$ 8,20 bi	Rodovias	2S 2024
BR-070/174/364 (MT/RO)	R\$ 7,70 bi	Portos	2023
BR-364 (GO/MT)	R\$ 5,50 bi	Portos	2023
Terminais Portuários (35 terminais)	R\$ 8,20 bi	Portos	2024/26
Leilão de Transmissão	R\$ 45,70 bi	Infra Social	2024
Carteira do BNDES (Saneamento)	R\$ 34,20 bi	Rodovias	2024
Carteira do BNDES (Outros)	R\$ 10,30 bi	Rodovias	2024
Total de Investimentos	R\$ 220,8 bilhões		

Fonte: ¹Poder306, com base em estimativas do Ministério dos Transportes em <https://www.poder360.com.br/infraestrutura/governo-realizara-24-leiloes-de-infraestrutura-em-2024/> e CNN Brasil, com base em dados do Executivo disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/de-rodovias-a-portos-governo-preve-r-200-bi-em-investimento-com-leiloes-de-infraestrutura-em-2024-mostra-levantamento-da-cnn/>; e ²<https://plataformadeprojetos.abdib.org.br/app/>; ³Produzindo pelo Gestor.

Momento do mercado de crédito

PRINCIPAIS EVENTOS RECENTES

Início de afrouxamento monetário e retomada do crédito privado

Perspectiva de redução de juros nos cenários doméstico e externo, inflação sob controle, resultando em disposição a risco de crédito mais adequada, elevação da demanda e redução dos spreads

Resoluções CMN 5.118 e 5.119/24

Mudança estrutural no equilíbrio do mercado de crédito incentivado, com limitação de lastro para emissão de CRIs, CRAs, LCIs, LCAs e LIGs, resultando numa explosão de demanda imediata por debêntures incentivadas (lei 12.431/11) e consequentemente compressão forte de spreads (~40 bps em fevereiro)

Lei 14.801

Criação das novas debêntures de infraestrutura que devem servir como uma nova opção de financiamento para empresas de infraestrutura (isenção para o emissor, diferente das debêntures incentivadas 12.431 cuja isenção é para o investidor)

Decreto 11.964/24

Decreto 11.964/24 regulamenta projetos prioritários

PERSPECTIVAS

Mais oportunidades e mais prêmios*:
expectativa de crescimento da oferta de debêntures incentivadas no curto prazo

Atratividade da indústria*:
perspectiva de manutenção da tendência de captação líquida positiva de fundos de renda fixa, dado o cenário macroeconômico atual e histórico recente

Aumento de liquidez*:
Visão de contínuo aumento do volume negociado, do número de negócios e liquidez, considerando o cenário atual de juros elevados e histórico recente

* Fonte: Com base na visão do Gestor.

Alavancas de Valor do RBIF11

Por meio do longo relacionamento com empreendedores de infraestrutura e emissores de debêntures incentivadas, a Rio Bravo buscará originar e estruturar emissões de projetos de menor porte, com prêmios maiores e atendendo os princípios de sustentabilidade

EMISSÕES DE VOLUMES MENORES (~R\$ 100 MILHÕES)

Emissores com menor ou nenhum acesso ao mercado de capitais e com maior demanda de suporte na estruturação proporcionam maior prêmio ajustado pelo risco.

ACESSO RESTRITO AO PÚBLICO PROFISSIONAL

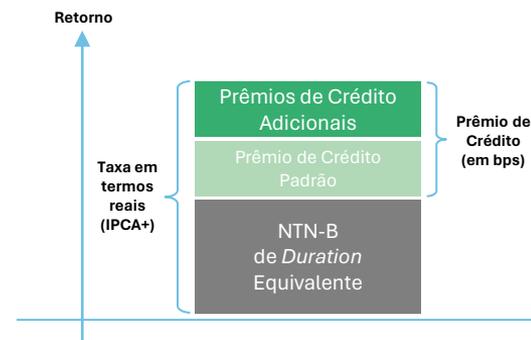
Emissões de acesso restrito ao público profissional usualmente são menos óbvias, demandam maior experiência e tempo em análise e resultam comumente em prêmios ajustados mais atraentes.

DURATIONS E CARÊNCIAS ALONGADAS

Maiores prazos, carências e outras características diferenciadas, como pacote de garantias e *covenants*, normalmente resultam em prêmios e taxas mais elevadas.

OUTROS PRÊMIOS E BENEFÍCIOS

Emissões ilíquidas, originadas e estruturadas internamente podem resultar em prêmios e comissões adicionais. Além disso, características sustentáveis poderão ser aplicadas desde a fase de *due diligence*.



MATERIAL PUBLICITÁRIO

Comparativo – investimentos em infraestrutura

Investimento	FIC FI INFRA Fechado Listado (antiga ICVM 555)	Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/11)	Fundo de Infraestrutura Renda Fixa Crédito Privado Aberto (antiga ICVM 555)	FIP-IE (Dívida) Listado (antiga ICVM 578)	FIP-IE (Equity) Listado (antiga ICVM 578)
Perfil de Rendimento	Fixo	Fixo	Fixo	Variável ou Fixo	Variável
Perfil do Investimento	Moderado	Moderado ⁽¹⁾	Conservador	Arrojado	Arrojado / Agressivo
Ativos	Portfólio de debêntures incentivadas (majoritariamente) e outros ativos de crédito permitidos pela legislação	Emissão individual de Debênture Incentivada (12.431/11), apenas ICVM 400 para público em geral	Portfólio de debêntures incentivadas e elevados níveis de caixa a depender do prazo do resgate (D0, D+1, D+30, etc...)	Participação relevante no endividamento de empreendimentos de infraestrutura	Participação relevante na sociedade de empreendimentos de infraestrutura
Tributação	Isonção de IR para pessoas físicas, tanto sobre rendimentos quanto ganhos de capital	Isonção de IR para pessoas físicas, tanto sobre rendimentos quanto ganhos de capital	Isonção de IR para pessoas físicas, tanto sobre rendimentos quanto ganhos de capital	Isonção de IR para pessoas físicas, tanto sobre rendimentos quanto ganhos de capital	Isonção de IR para pessoas físicas, tanto sobre rendimentos quanto ganhos de capital
Diversificação	Média ¹	Não há ¹	Média a Alta ¹	Baixa a Média ^{1:2}	Baixa a Média ^{1:2}
Liquidez	Potencialmente D+2 ³	Variável, normalmente baixa	Variável, normalmente D+30	Potencialmente D+2 ³	Potencialmente D+2 ³
Potencial de Retorno	Médio / Alto (ganhos de capital)	Baixo (público geral)/Médio (público profissional)	Baixo (níveis elevados de liquidez)	Médio / Alto	Alto
Avaliação de Riscos	Maior previsibilidade com risco de crédito de contraparte relativamente diversificado	Previsibilidade com risco de crédito das contrapartes	Previsibilidade com risco de crédito de contraparte normalmente bem diversificado	Risco depende da concentração, do setor e da estrutura do financiamento (senioridade, garantias, reforços, etc...)	Risco depende da concentração, do setor e da estrutura do investimento (participação societária)
Classificação de risco⁽⁴⁾ (entre as 5 estratégias)	 Baixo	 Moderado	 Baixo	 Moderado / Alto	 Moderado / Alto

Fonte: Rio Bravo Investimentos com base na visão do Gestor.

¹Varia de acordo com a concentração e número de ativos no portfólio do fundo de investimento. Quanto menor a diversificação, maior o risco de contraparte do ativo de crédito; ²Varia desde investimentos monoativos a portfólio relativamente diversificado de ativos e fundos; ³A depender da liquidez na B3, risco que pode ser mitigado pela participação de formador de mercado. ⁴Meramente ilustrativo, sem base em critérios normativos de *suitability*.

Processo ESG Integrado do RBIF11

Taxonomia do RBIF11 desenvolvida junto à NINT Natural Intelligence se integra ao processo padrão de crédito no caso do RBIF11

Projetos de Infraestrutura: *Framework*

- ✓ Arcabouços jurídicos e regulatórios consolidados
- ✓ Agências Regulatórias
- ✓ Segregação de Riscos (SPEs)
- ✓ Receitas atreladas a contratos de longo prazo
- ✓ Mitigação de Risco:
 - ✓ Demanda: Projetos Logísticos
 - ✓ Volume: Geração de Energia Elétrica
 - ✓ Disponibilidade: Transmissão
- ✓ Preços pré-determinados e indexados à inflação.
- ✓ Mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro
- ✓ EBITDA e Geração de Caixa previsíveis

Setores Prioritários (> 60% do PL do fundo)



Geração Solar



Geração Eólica



Geração Hídrica à
fio d'água



Transmissão
Transmissão



Saneamento



Telecom

Setores Secundários (< 40% do PL)



Mobilidade Urbana



Ferrovias

Outros (< 30% do PL)



Portos



Rodovias



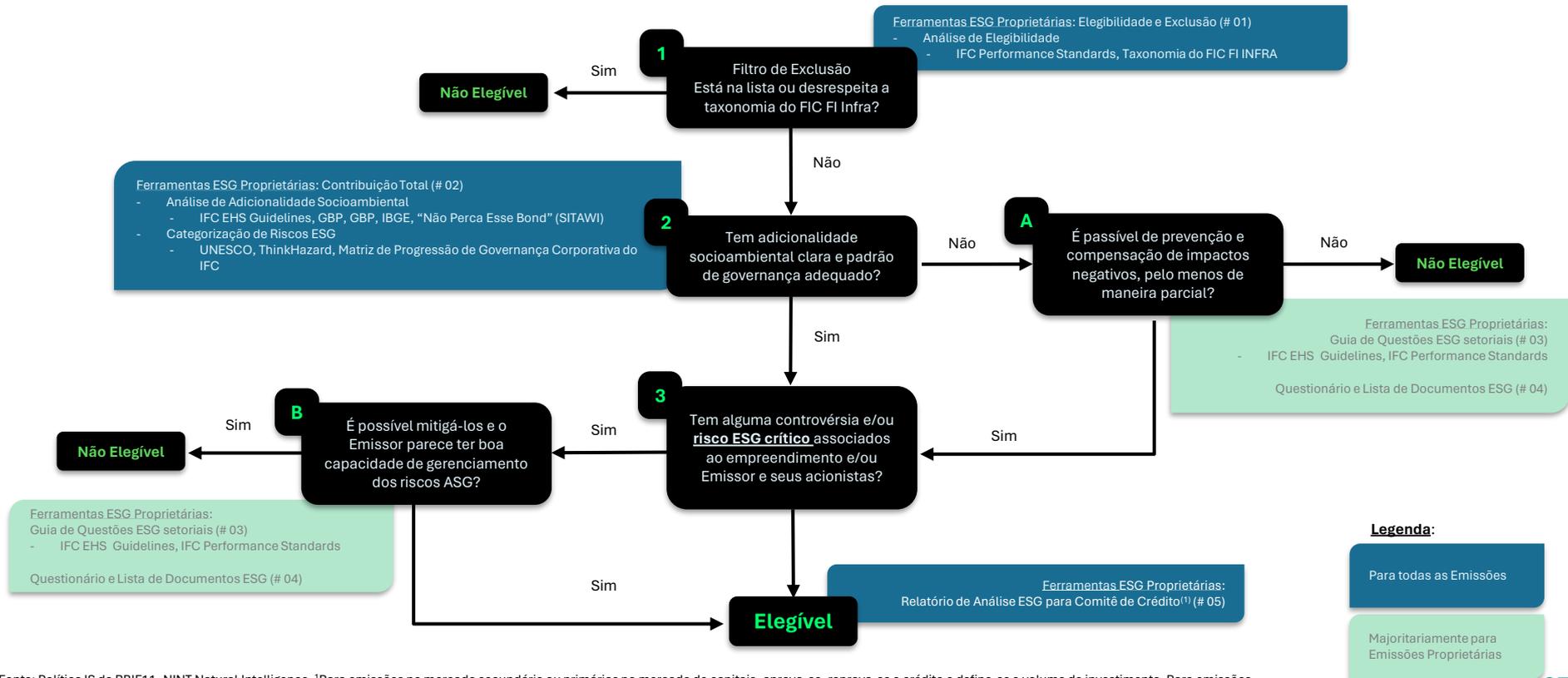
Aeroportos



Térmica a Gás
Natural

Processo ESG Integrado do RBIF11

Fluxograma de aplicação do Processo ESG nos ativos do RBIF11 até a Elegibilidade do Investimento



Fonte: Política IS do RBIF11, NINT Natural Intelligence. ¹Para emissões no mercado secundário ou primárias no mercado de capitais, aprova-se, reprova-se o crédito e define-se o volume de investimento. Para emissões proprietárias, obtém-se um "greenlight" do comitê de crédito, a intenção de investimento é sinalizada aos patrocinadores do projeto e de inicia a *due diligence*.

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO "FATORES DE RISCO"

Características do Fundo

Objetivo do Fundo ¹	O Fundo tem como objetivo obter valorização de suas cotas por meio da subscrição ou da aquisição, no mercado primário ou secundário: (i) de cotas de emissão de fundos de investimento que se enquadrem no artigo 3º, caput, da Lei nº 12.431, podendo ou não ser administrados pela Administradora (“FI-Infra” e “Cotas de FI-Infra”, respectivamente), incluindo, mas não se limitando a, cotas do RIO BRAVO ESG MASTER FUNDO INCENTIVADO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA RENDA FIXA CREDITO PRIVADO, inscrito no CNPJ sob o nº 41.533.755/0001-39 (“FI-Infra MASTER” e “Cotas do FI-Infra MASTER”, respectivamente); e (ii) de outros ativos financeiros, observado o disposto no Regulamento (“Outros Ativos Financeiros” e, em conjunto com as Cotas de FI-Infra, “Ativos”).
Administrador	Banco Daycoval S.A.
Gestor	Rio Bravo Investimentos Ltda.
Taxa de Administração e Gestão ²	0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) a.a.
Taxa de Performance	Não há.
Público Alvo do Fundo	Investidores em geral
Forma e Prazo	Condomínio Fechado, com prazo de duração indeterminado.
Política de Investimento	O Fundo investirá, pelo menos, 95% do seu patrimônio líquido em Cotas de FI Infra, incluindo cotas do FI Infra MASTER, o FI Infra MASTER II e o FI Infra MASTER III, que, por sua vez, aplicam, no mínimo, 85% do seu patrimônio líquido nas Debêntures Incentivadas e nos Ativos Incentivados.
Rentabilidade Alvo	O Fundo visa proporcionar a seus Cotistas uma rentabilidade alvo que busque acompanhar, no longo prazo, os títulos do tesouro indexados à inflação com duration média (prazo médio ponderado) similar à da carteira do Fundo, acrescida de sobretaxa (spread) igual ou superior a 2,00% (dois por cento) ao ano ³ .
Pagamento de Rendimentos	Pagamento trimestral de rendimentos, que poderá ser realizada mensalmente a critério do Gestor. O Fundo poderá, mediante solicitação do Gestor, realizar a Amortização Extraordinária compulsória das suas Cotas sem qualquer limitação de montante e independentemente da origem de tais recursos. Os Cotistas não poderão requerer o resgate das Cotas. As Cotas serão resgatadas apenas em caso de liquidação do Fundo.

¹A aquisição se dará de forma indireta -O Fundo tem como objetivo obter valorização de suas Cotas por meio da subscrição ou da aquisição, no mercado primário ou secundário, (i) de cotas de emissão de FI-Infra, podendo ou não ser administrados pelo Administrador, incluindo, mas não se limitando a, cotas do FI-Infra MASTER, cotas do FI-Infra MASTER (II) e cotas do FI-Infra MASTER (III); e (ii) de outros ativos financeiros. Os FI-Infra podem ser ou não geridos pelo Gestor. Observadas as disposições do art.3º da Lei nº12.431, os FI-Infra investirão (i) em debêntures emitidas, nos termos do art. 2º da Lei nº12.431 (“Debêntures Incentivadas”); e (ii) em outros ativos emitidos, de acordo com o art.2º da Lei nº12.431 (“Ativos Incentivados”). ²Taxa de Administração equivalente a taxa de administração fiduciária, tesouraria, controladoria, escrituração e custódia equivalentes a 0,05%. Taxa de gestão equivalente a 0,80% a.a. ³A RENTABILIDADE ALVO AQUI PREVISTA NÃO REPRESENTA NEM DEVE SER CONSIDERADA COMO PROMESSA OU GARANTIA DE RENDIMENTOS, OU AUSÊNCIA DE RISCOS PARA OS INVESTIDORES.

Estrutura de um FI-Infra



Ambiente econômico favorável e arcabouço jurídico robusto

Crescente oferta de projetos e aumento do número de leilões com presença cada vez maior dos agentes privados.

Distribuição de rendimentos

Pagamentos de rendimentos, geralmente mensais ou trimestrais, a depender do veículo.

Gestão ativa e especializada

Equipe profissional responsável pela seleção, alocação e monitoramento dos ativos.

Benefício tributário a pessoas físicas

Isonção total de IR para rendimentos e ganho de capital.

Proteção contra inflação

Papeis geralmente atrelados ao IPCA, o que torna o veículo uma proteção contra inflação no longo prazo.

Fundo fechado:
condomínio fechado em que não é possível resgatar as cotas

¹Benefício tributário: desde que o Fundo cumpra os limites de diversificação e regras de investimentos da Lei nº 12.431/11, operações realizadas pelos cotistas ficarão sujeitas ao imposto sobre a renda do seguinte modo: os rendimentos produzidos pelo Fundo serão tributados exclusivamente na fonte à alíquota 0 (zero), quando auferidos por pessoa física.

MATERIAL PUBLICITÁRIO

1

Por que investir

2

Sobre a Rio Bravo

3

Mercado de infraestrutura

4

RBIF11: destaques e
tese de investimento

5

Estudo de viabilidade

6

Detalhes da oferta

7

Anexos

8

Fatores de Risco

LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO DO FUNDO ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”

Fatores de Risco

Flutuação de Preços dos Ativos e das Cotas do Fundo

Os preços e a rentabilidade das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, assim como das cotas do Fundo, estão sujeitos a oscilações e podem flutuar em razão de diversos fatores de mercado, tais como variação da liquidez e alterações nas políticas de crédito, econômica e fiscal, notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores, devedores ou contrapartes, bem como em razão de alterações na regulamentação sobre a precificação dos referidos ativos. Essa oscilação dos preços poderá fazer com que parte ou a totalidade das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, ou das cotas do Fundo, seja avaliada por valores inferiores aos de sua emissão ou contabilização inicial.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Fatores Macroeconômicos

Como o Fundo aplica os seus recursos preponderantemente nas Cotas de FI-Infra, o mesmo depende, indiretamente, da solvência dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados que compõem as carteiras dos FI-Infra para realizar a amortização e o resgate das cotas do Fundo. A solvência dos emissores e, conforme o caso, dos garantidores dos Ativos Incentivados, pode ser afetada por fatores macroeconômicos, tais como elevação das taxas de juros, aumento da inflação e baixos índices de crescimento econômico. Na ocorrência de um ou mais desses eventos, poderá haver o aumento do inadimplemento dos Ativos Incentivados, afetando negativamente os resultados dos FI-Infra e, conseqüentemente, do Fundo e provocando perdas patrimoniais aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Efeitos de Eventos de Natureza Econômica, Política e Financeira

O Fundo, os FI-Infra e os Ativos Incentivados integrantes das suas carteiras, as Cotas de FI-Infra e os demais ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo estão sujeitos aos efeitos de eventos de caráter econômico, político e/ou financeiro, ocorridos no Brasil ou no exterior. O Governo Federal do Brasil intervém frequentemente nas políticas monetária, fiscal e cambial e, conseqüentemente, também na economia do país. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais, limitações no comércio exterior, alterações nas taxas de juros, entre outros. Tais medidas, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, poderão gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente, por exemplo, o pagamento e o valor de mercado das Cotas de FI-Infra e, por conseqüência, o Fundo e os Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Risco de Crédito dos Emissores e Garantidores dos Ativos Incentivados ou dos Devedores e Garantidores do Lastro dos Ativos Incentivados

Os FI-Infra somente procederão ao pagamento da amortização ou do resgate das suas cotas, na medida em que os rendimentos decorrentes dos Ativos Incentivados forem pagos pelos respectivos emissores e/ou, conforme o caso, garantidores. Se os emissores ou, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados não puderem honrar com seus compromissos perante os FI-Infra, inclusive, no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, em razão da inadimplência dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro, poderá ser necessária a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para recuperação dos valores referentes aos Ativos Incentivados ou, conforme o caso, aos seus respectivos lastros. Não há garantia de que os referidos procedimentos extrajudiciais e judiciais serão bem-sucedidos, sendo que, ainda que tais procedimentos sejam bem-sucedidos, em decorrência do atraso no pagamento dos Ativos Incentivados, poderá haver perdas patrimoniais para os FI-Infra e para o Fundo. Ademais, eventos que afetem as condições financeiras dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados ou, no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, poderão trazer impactos significativos em termos de preço e liquidez dos Ativos Incentivados, podendo os FI-Infra encontrarem dificuldades para alienar os Ativos Incentivados no mercado secundário. Mudanças na percepção da qualidade de crédito dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados ou, no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro, mesmo que não fundamentadas, também poderão afetar o preço dos Ativos Incentivados, comprometendo a sua liquidez. No caso das Debêntures Incentivadas, ainda, as respectivas escrituras de emissão poderão prever o pagamento de prêmio com base na variação da receita ou do lucro de seus emissores. Sendo assim, se os respectivos emissores não apresentarem receita ou lucro suficiente, a rentabilidade dos Ativos Incentivados poderá ser adversamente impactada. Além disso, em caso de falência de qualquer dos emissores, a liquidação dos Ativos Incentivados por ele emitidos poderá sujeitar-se ao pagamento, pelo respectivo emissor, de determinados créditos que eventualmente possuem classificação mais privilegiada, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Adicionalmente, os FI-Infra poderão investir em Ativos Incentivados emitidos por emissores em fase pré-operacional. Assim, existe o risco de tais emissores não desempenharem de forma positiva ou, até mesmo, de não entrarem em operação, o que poderá reduzir significativamente a capacidade desses emissores de honrar com os compromissos de pagamento dos Ativos Incentivados, resultando em perdas significativas para o Cotista. É possível, portanto, que os FI-Infra não recebam rendimentos suficientes para atingir a rentabilidade alvo das suas cotas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Fatores de Risco

Insuficiência das Garantias dos Ativos Incentivados

Os Ativos Incentivados integrantes das carteiras dos FI-Infra podem contar com garantias reais e/ou fidejussórias, prestadas pelos respectivos emissores ou por terceiros. Havendo o inadimplemento dos Ativos Incentivados, os emissores e os eventuais terceiros garantidores de tais Ativos Incentivados serão executados extrajudicialmente ou judicialmente. Dependendo da garantia prestada, é possível, entre outros, que (1) o bem dado em garantia não seja encontrado; (2) o preço obtido com a sua venda seja insuficiente para o pagamento das obrigações garantidas aos FI-Infra; (3) a execução da garantia seja morosa; ou, ainda, (4) os FI-Infra não consigam executá-la. Nesses casos, o patrimônio dos FI-Infra será afetado negativamente e, por consequência, o patrimônio e a rentabilidade do Fundo também serão impactados.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Descasamento de Taxas – Rentabilidade dos Ativos Inferior à Rentabilidade Alvo

Os Ativos Incentivados e os demais ativos financeiros integrantes das carteiras dos FI-Infra podem ser contratados a taxas prefixadas ou pós-fixadas. Considerando-se a rentabilidade alvo das cotas prevista no Parágrafo Sétimo do Artigo 4º do Regulamento, pode ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo e a rentabilidade alvo das cotas. Uma vez que o pagamento da amortização e do resgate das cotas do Fundo decorre do pagamento das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade alvo das cotas. Nessa hipótese, os Cotistas terão a remuneração de suas cotas afetada negativamente. O Fundo, a Administradora, o Custodiante e o Gestor não prometem ou asseguram qualquer rentabilidade aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Precificação dos Ativos

As Cotas de FI-Infra e os demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com os critérios e os procedimentos estabelecidos pela regulamentação em vigor. Referidos parâmetros, tais como o de marcação a mercado (mark-to-market), poderão causar variações nos valores dos referidos ativos, podendo resultar em redução do valor das cotas do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Fatos Extraordinários e Imprevisíveis

A ocorrência de fatos extraordinários e imprevisíveis, no Brasil ou no exterior, incluindo eventos que modifiquem a ordem econômica, política ou financeira atual e influenciem, de forma relevante, os mercados em nível nacional ou internacional, como crises, guerras, incluindo a Guerra recentemente deflagrada entre Rússia e Ucrânia, desastres naturais, catástrofes, epidemias ou pandemias, pode ocasionar a desaceleração da economia, a diminuição dos investimentos e a inutilização ou, mesmo, redução da população economicamente ativa. Em qualquer desses cenários, poderá haver (1) o aumento da inadimplência dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados, afetando negativamente os resultados dos respectivos FI-Infra e, conseqüentemente, do Fundo; e/ou (2) a diminuição da liquidez das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, bem como das cotas do Fundo, provocando perdas patrimoniais aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Desenquadramento do Fundo

O Fundo deve investir parcela preponderante dos seus recursos na subscrição das Cotas de FI-Infra, nos termos do artigo 3º, §1º, da Lei nº 12.431. Na sua atual vigência, tal lei dispõe que, em até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Liquidação, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido em Cotas de FI-Infra. Os FI-Infra, por sua vez, respeitados os prazos estabelecidos no artigo 3º da Lei nº 12.431, deverão investir, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) do seu patrimônio líquido em Ativos Incentivados. Nos termos do artigo 3º da Lei nº 12.431, os Cotistas somente terão tratamento tributário diferenciado, se forem respeitadas as condições lá estabelecidas, notadamente a Alocação Mínima. O não atendimento pelo Fundo de qualquer das condições dispostas no artigo 3º da Lei nº 12.431 implicará a perda, pelos Cotistas, do tratamento tributário diferenciado lá previsto, podendo levar, ainda, à liquidação ou à transformação do Fundo em outra modalidade de fundo de investimento ou de fundo de investimento em cota de fundo de investimento, no que couber.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Risco de perda do benefício tributário

O não atendimento pelo Fundo de qualquer das condições dispostas pela legislação aplicável implica em sua liquidação ou transformação em outra modalidade de fundo de investimento ou fundo de investimento em cota de fundo de investimento, nos termos do artigo 3º, parágrafo terceiro, da Lei 12.431. Nesta hipótese, aplicar-se-ão as regras tributárias previstas no Artigo 3º, parágrafo sexto, da Lei 12.431. Adicionalmente, eventos de pré-pagamento ou amortização extraordinária dos Ativos Incentivados, podem acarretar o descumprimento dos critérios de concentração previstos na regulamentação aplicável para composição da carteira de investimentos do Fundo e, conseqüentemente, poderá haver dificuldades na identificação, pelo Gestor, de Ativos Incentivados que estejam de acordo com a política de investimento do Fundo. Ainda, o ato do Poder Executivo federal que caracterizar projeto de infraestrutura desenvolvido por emissor de Ativos Incentivados como um projeto prioritário para fins da Lei 12.431 e de seu decreto regulamentador pode vir a ser declarado nulo ou anulado, o que poderá acarretar o desenquadramento do Fundo para fins do benefício tributário previsto na Lei 12.431. Não caberá qualquer responsabilidade do Gestor e/ou Administrador pela perda do tratamento tributário favorável previsto no Artigo 44 e seguintes do Regulamento.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Fatores de Risco

Questionamento da Estrutura do Fundo e dos FI-Infra

O Fundo e os FI-Infra se enquadram, respectivamente, no §1º e no caput do artigo 3º da Lei nº 12.431. Observados os prazos previstos no artigo 3º da Lei nº 12.431, (1) o Fundo deverá aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nas Cotas de FI-Infra; e (2) cada FI-Infra deverá aplicar, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nos Ativos Incentivados. Além do risco de alteração das normas aplicáveis ao Fundo e aos FI-Infra, caso o atendimento das disposições do artigo 3º da Lei nº 12.431, pelo Fundo e/ou pelos FI-Infra, venha a ser questionado, por qualquer motivo, poderá ocorrer a liquidação ou a transformação, em outra modalidade de fundo de investimento, do Fundo e/ou dos FI-Infra e o tratamento tributário do Fundo e, conseqüentemente, dos Cotistas poderá vir a ser alterado.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Riscos relacionados aos projetos de infraestrutura

Fundo alocará parcela predominante do seu patrimônio líquido em Cotas de FI-Infra, nos termos dispostos pelo artigo 3º da Lei nº 12.431, com investimentos voltados, principalmente, para as Debêntures Incentivadas e em outros Ativos Incentivados emitidos, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, para fins de captação de recursos para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. Investimentos em projetos de infraestrutura envolvem uma série de riscos, incluindo falha na conclusão do projeto, obtenção de resultados abaixo do esperado, longo prazo de maturação do investimento, dificuldade de identificar riscos e passivos relevantes associados ao projeto antes do investimento. Tais riscos podem causar um efeito material adverso sobre o projeto, seu fluxo de caixa e, conseqüentemente, sobre os emissores dos Ativos Incentivados, sobre o desempenho do Fundo, a rentabilidade dos Cotistas e o preço de negociação das Cotas. Por fim, os setores de infraestrutura possuem fatores de riscos próprios, que podem também impactar o pagamento dos ativos da Carteira de Investimentos. Sendo assim, é possível que não se verifique, parcial ou integralmente, o retorno do investimento realizado pelo Fundo ou que os emissores de tais ativos não sejam capazes de cumprir tempestivamente suas obrigações, o que, em ambos os casos, poderá causar um efeito adverso nos resultados do Fundo e nos rendimentos atribuídos aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Risco de Pandemia e da COVID-19

Os surtos, endemias e pandemias de doenças transmissíveis no geral, como a pandemia causada pelo coronavírus (“COVID-19”), podem afetar as decisões de investimento e poderá resultar em volatilidade esporádica nos mercados de capitais globais. Além disso, esses surtos podem resultar em restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, além da volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, o que podem ter um efeito adverso relevante na economia global e/ou na economia brasileira, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos pode afetar material e adversamente os negócios, a condição financeira, os resultados das operações dos Ativos investidos pelo Fundo e, por consequência, poderá impactar negativamente a rentabilidade das cotas do Fundo. Além disso, as mudanças materiais nas condições econômicas resultantes da pandemia global de Covid-19 podem impactar a captação de recursos do Fundo no âmbito da Oferta, influenciando indiretamente a capacidade de o Fundo investir em sociedades emissoras das Debêntures Incentivadas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Renegociação de Contratos e Obrigações

Diante de fatos extraordinários e imprevisíveis, no Brasil ou no exterior, tais como os efeitos da crise sanitária, social e econômica decorrente da pandemia da COVID-19, é possível que se intensifiquem as discussões judiciais e extrajudiciais e a renegociação de contratos e obrigações, pautadas, inclusive, nas hipóteses de caso fortuito e/ou força maior previstas no Código Civil. Tais discussões, assim como a renegociação de contratos e obrigações, poderão alcançar os setores de atuação dos emissores dos Ativos Incentivados ou, mesmo, os próprios termos e condições dos Ativos Incentivados, afetando os resultados dos FI-Infra e, conseqüentemente, do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Questionamento da Validade e da Eficácia da Emissão, da Subscrição ou da Aquisição dos Ativos Incentivados

O Fundo alocará parcela predominante de seu patrimônio líquido em Cotas de FI-Infra, sendo que esses fundos investirão preponderantemente nos Ativos Incentivados, no mercado primário ou secundário. A validade da emissão, da subscrição ou da aquisição dos Ativos Incentivados pelos FI-Infra poderá ser questionada por terceiros, inclusive em decorrência de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial dos respectivos emissores, garantidores, devedores ou alienantes.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Impossibilidade de Previsão dos Processos de Emissão e/ou de Alienação dos Ativos Incentivados

Não é possível prever os processos de emissão e/ou alienação dos Ativos Incentivados que os FI-Infra poderão subscrever ou adquirir, tampouco os fatores de risco específicos associados a tais processos. Dessa forma, os Ativos Incentivados que vierem a ser subscritos ou adquiridos pelos FI-Infra poderão ser emitidos ou alienados com base em processos que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua emissão ou formalização, o que pode dificultar ou, até mesmo, inviabilizar a cobrança de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos Ativos Incentivados, afetando negativamente os resultados dos FI-Infra e, conseqüentemente, do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Fatores de Risco

Aumento de restrições socioambientais

As leis e regulamentos socioambientais podem se tornar mais restritivas, sendo que qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente os negócios do Fundo e a sua rentabilidade. Adicionalmente, existe a possibilidade de as leis de proteção socioambiental serem alteradas após o início do desenvolvimento de determinada atividade, o que poderá trazer atrasos e/ou necessidades de modificação no projeto.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Exposição a disputas, conflitos e/ou controvérsias

Os Ativos Incentivados integrantes das carteiras dos FI-Infra podem ser alvos de controvérsias, um evento único ou situação contínua em que as operações e/ou produtos da empresa supostamente têm um impacto negativo ambiental, social e/ou de governança. Adicionalmente, estão expostos à materialização de riscos socioambientais decorrentes de disputas e/ou conflitos com comunidades entorno. Esses fatores podem acarretar embargos e paralisação das obras ou operação, podendo repercutir negativamente na reputação do emissor. Tais riscos podem impactar o projeto, seu fluxo de caixa e, conseqüentemente, os emissores dos Ativos Incentivados, o desempenho do Fundo, a rentabilidade dos Cotistas e o preço de negociação das Cotas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Falta de Liquidez das Cotas de FI-Infra

Nos termos dos regulamentos dos FI-Infra, não é permitida a negociação das Cotas de FI-Infra no mercado secundário, sendo o Fundo o cotista exclusivo desses fundos. Ainda que os referidos regulamentos fossem alterados para permitir a negociação das Cotas de FI-Infra, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento, atualmente, apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda das Cotas de FI-Infra ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Falta de Liquidez dos Outros Ativos Financeiros

A parcela do patrimônio líquido do Fundo não aplicada nas Cotas de FI-Infra pode ser aplicada em Outros Ativos Financeiros. Os ativos financeiros podem vir a se mostrar ilíquidos (seja por ausência de mercado secundário ativo, seja por eventual atraso no pagamento por parte dos respectivos emissores ou contrapartes), afetando os pagamentos aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Maior

Inexistência de Garantia de Rentabilidade

A rentabilidade alvo das cotas prevista no Regulamento é um indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a valorização das suas cotas, sendo apenas uma meta estabelecida pelo Fundo. Referida rentabilidade alvo não constitui, portanto, garantia mínima de remuneração aos Cotistas, pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, por quaisquer terceiros, por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC. Caso os rendimentos decorrentes das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo não constituam patrimônio suficiente para a remuneração das suas cotas, de acordo com a rentabilidade alvo estabelecida no Regulamento, a valorização das cotas de titularidade dos Cotistas será inferior à meta indicada. Assim, não há garantia de que o retorno do investimento realizado pelos Cotistas nas cotas do Fundo será igual ou, mesmo, semelhante à rentabilidade alvo estabelecida no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Escala Qualitativa de Risco: Médio

Observância da Alocação Mínima

Não há garantia de que o Fundo conseguirá encontrar Cotas de FI-Infra suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam à política de investimento prevista no Regulamento. Ocorrendo o desenquadramento da Alocação Mínima, será realizada a Amortização Extraordinária, conforme o procedimento descrito no Capítulo VII do Regulamento. Nessa hipótese, parte dos recursos será restituída antecipadamente aos Cotistas que, caso não disponham de outros investimentos similares para alocar tais recursos, poderão sofrer perdas patrimoniais. Além de resultar na Amortização Extraordinária, o desenquadramento da Alocação Mínima também poderá levar à liquidação do Fundo, nos termos do Regulamento.

Escala Qualitativa de Risco: Médio

Fatores de Risco

Rebaixamento da Classificação de Risco dos Ativos Integrantes da Carteira dos FI-Infra

Os FI-Infra somente poderão adquirir ativos em relação aos quais tenha sido atribuída classificação de risco igual ou superior ao Rating Mínimo por uma das Agências de Classificação de Risco. O rebaixamento do Rating Mínimo dos ativos integrantes das carteiras dos FI-Infra obrigará os FI-Infra a alienar os Ativos Desenquadrados dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados, o que poderá ocasionar um evento de amortização extraordinária obrigatória das Cotas de FI Infra para que não ocorra o desenquadramento da carteira dos FI-Infra e afetar negativamente a rentabilidade das Cotas de FI Infra.

Escala Qualitativa de Risco: Médio

Concentração em FI-Infra e em Ativos Incentivados

O risco da aplicação no Fundo tem relação direta com a concentração da sua carteira em cotas emitidas por um mesmo FI-Infra que, por sua vez, pode concentrar seus investimentos em determinados Ativos Incentivados emitidos por um mesmo emissor ou por emissores integrantes de um mesmo Grupo Econômico ou, ainda, no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, cujos direitos creditórios sejam cedidos por um mesmo cedente ou devidos ou garantidos por um devedor ou garantido específico. Quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das suas cotas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Concentração em Outros Ativos

É permitido ao Fundo, durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias de funcionamento, manter até 100% (cem por cento) do seu patrimônio líquido aplicado em Outros Ativos que não sejam as Cotas de FI-Infra. Após esse período, o investimento nesses Outros Ativos pode representar, no máximo, 33% (trinta e três por cento) ou 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo, conforme o caso. Em qualquer hipótese, se os emissores ou contrapartes dos Outros Ativos não honrarem com seus compromissos, há chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa, o que afetaria negativamente a rentabilidade das cotas do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Riscos Setoriais

O Fundo alocará parcela predominante do seu patrimônio líquido em Cotas de FI-Infra, sendo que esses fundos investirão preponderantemente nas Debêntures Incentivadas e em outros Ativos Incentivados emitidos, nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, para fins de captação de recursos para implementar projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. Os riscos a que o Fundo é exposto estão relacionados àqueles dos diversos setores de atuação dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados integrantes das carteiras dos FI-Infra ou, no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro. Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, são considerados “prioritários” os projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, (a) objeto de processo de concessão, permissão, arrendamento, autorização ou parceria público-privada, nos termos do disposto na Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e que integrem o Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, ou o programa que venha a sucedê-lo; (b) que proporcionem benefícios ambientais ou sociais relevantes; ou (c) aprovados pelo Ministério setorial responsável e realizados por concessionária, permissionária, arrendatária ou sociedade de propósito específico. Os projetos de investimento devem visar à implantação, à ampliação, à manutenção, à recuperação, à adequação ou à modernização, entre outros, dos setores de (a) logística e transporte; (b) mobilidade urbana; (c) energia; (d) telecomunicações; (e) radiodifusão; (f) saneamento básico; e (g) irrigação. Os projetos de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação são aqueles com o propósito de introduzir processos, produtos ou serviços inovadores, conforme os princípios, os conceitos e as diretrizes definidas nas políticas de ciência, tecnologia e inovação e de desenvolvimento industrial. Nesses setores, os investimentos, em geral, envolvem longo período de maturação. Além disso, há o risco de uma mudança não esperada na legislação aplicável, ou na perspectiva da economia, que pode alterar os cenários anteriormente previstos, trazendo impactos adversos no desenvolvimento dos projetos qualificados como prioritários. O retorno dos investimentos realizados pelos FI-Infra e, indiretamente, pelo Fundo pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da inicialmente estimada. Adicionalmente, os setores de infraestrutura e de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação possuem fatores de riscos próprios, que também podem impactar o pagamento ou o valor de mercado dos Ativos Incentivados.

Sendo assim, é possível que os emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados não sejam capazes de cumprir tempestivamente suas obrigações relacionadas aos Ativos Incentivados ou, no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, que os devedores e garantidores não consigam cumprir suas obrigações relativas aos respectivos direitos creditórios, causando um efeito material adverso nos resultados dos FI-Infra e, conseqüentemente, do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Riscos Relacionados aos Emissores e Garantidores dos Ativos Incentivados ou aos Devedores e Garantidores do Lastro dos Ativos Incentivados

Os FI-Infra somente procederão ao pagamento da amortização ou do resgate das Cotas de FI-Infra ao Fundo, na medida em que os rendimentos decorrentes dos Ativos Incentivados forem pagos pelos respectivos emissores e, conforme o caso, garantidores. Se os emissores ou, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados não puderem honrar com seus compromissos perante os FI-Infra, inclusive, no caso de Ativos Incentivados lastreados em direitos creditórios, em razão da inadimplência dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro, poderá ser necessária a adoção de medidas extrajudiciais e judiciais para recuperação dos valores referentes aos Ativos Incentivados ou, conforme o caso, aos seus respectivos lastros. Não há garantia de que os referidos procedimentos extrajudiciais e judiciais serão bem-sucedidos, sendo que, ainda que tais procedimentos sejam bem-sucedidos, em decorrência do atraso no pagamento dos Ativos Incentivados, poderá haver perdas patrimoniais para os FI-Infra e, por consequência, para o Fundo. Ademais, eventos que afetem as condições financeiras dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados ou, no caso de Ativos Incentivados lastreados em direitos creditórios, dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, poderão trazer impactos significativos em termos de preço e liquidez dos Ativos Incentivados, podendo os FI-Infra encontrar dificuldades para alienar os Ativos Incentivados no mercado secundário. Mudanças na percepção da qualidade de crédito dos emissores e, conforme o caso, garantidores dos Ativos Incentivados ou, no caso de Ativos Incentivados lastreados em direitos creditórios, dos devedores e garantidores dos direitos creditórios que compõem o seu lastro, mesmo que não fundamentadas, também poderão afetar o preço dos Ativos Incentivados, comprometendo a sua liquidez. No caso das Debêntures Incentivadas, ainda, as respectivas escrituras de emissão poderão prever o pagamento de prêmio com base na variação da receita ou do lucro de seus emissores. Sendo assim, se os respectivos emissores não apresentarem receita ou lucro suficiente, a rentabilidade dos Ativos Incentivados poderá ser adversamente impactada. Além disso, em caso de falência de qualquer dos emissores, a liquidação dos Ativos Incentivados por ele emitidos poderá sujeitar-se ao pagamento, pelo respectivo emissor, de determinados créditos que eventualmente possuam classificação mais privilegiada, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Adicionalmente, os FI-Infra poderão investir em Ativos Incentivados emitidos por emissores em fase pré-operacional. Assim, existe o risco de tais emissores não desempenharem de forma positiva ou, até mesmo, de não entrarem em operação, o que poderá reduzir significativamente a capacidade desses emissores de honrar com os compromissos de pagamento dos Ativos Incentivados, resultando em perdas significativas para os FI-Infra e, consequentemente, para o Fundo. É possível, portanto, que o Fundo não receba rendimentos suficientes para atingir a rentabilidade alvo das Cotas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Falhas Operacionais

A subscrição ou aquisição, conforme o caso, e a liquidação da Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo dependem da atuação conjunta e coordenada da Administradora, do Custodiante e do Gestor. O Fundo poderá sofrer perdas patrimoniais, caso os procedimentos operacionais descritos no Regulamento ou no contrato de gestão do Fundo venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviços contratados.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Pagamento Condicionado das Cotas

As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e o resgate das suas cotas decorrem do pagamento das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Por sua vez, as principais fontes de recursos dos FI-Infra para efetuar a amortização e o resgate das Cotas de FI-Infra decorrem do pagamento dos Ativos Incentivados e dos demais ativos financeiros integrantes das carteiras dos FI-Infra. O Fundo somente receberá recursos, a título de amortização ou resgate das Cotas de FI-Infra, se os resultados e o valor total das carteiras dos respectivos FI-Infra assim permitirem. Consequentemente, os Cotistas somente receberão recursos, a título de amortização ou resgate das cotas do Fundo, se os resultados e o valor total da carteira do Fundo assim permitirem. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança extrajudicial ou judicial dos referidos ativos, o Fundo poderá não dispor de outros recursos para efetuar o pagamento aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fundo Fechado e Mercado Secundário

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as suas cotas somente serão resgatadas em caso de liquidação do Fundo. Atualmente, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento, tais como o Fundo, apresenta baixa liquidez, o que pode dificultar a venda das cotas do Fundo ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial aos Cotistas. Além disso, o valor de mercado das cotas do Fundo pode ser afetado por diversos fatores que não apenas o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, não refletindo a situação patrimonial do Fundo ou atendendo à expectativa de rentabilidade dos Cotistas. Não há qualquer garantia da Administradora, do Custodiante e do Gestor quanto à possibilidade de venda das cotas do Fundo no mercado secundário ou ao preço obtido por elas, ou mesmo garantia de saída aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Majoração de Custos dos Prestadores de Serviços

Caso qualquer dos prestadores de serviços contratados pelo Fundo seja substituído, poderá haver um aumento dos custos do Fundo com a contratação de um novo prestador de serviços, afetando a rentabilidade do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Troca de Informações

Não há garantia de que as trocas de informações entre o Fundo e terceiros ocorrerão livre de erros. Caso este risco venha a se materializar, a liquidação e a baixa das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros, inclusive daqueles eventualmente inadimplidos, será afetada adversamente, prejudicando o desempenho da carteira do Fundo e, conseqüentemente, os Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Falhas de Cobrança

A cobrança dos Ativos Incentivados e dos Outros Ativos Financeiros integrantes da carteira do FI-Infra depende da atuação do Gestor, entre outros fatores. Qualquer falha na coordenação dos procedimentos, extrajudiciais ou judiciais, necessários à cobrança dos ativos do FI-Infra, bem como à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, poderá acarretar menor recebimento dos recursos devidos pelos emissores dos Ativos Incentivados e dos Outros Ativos Financeiros, prejudicando o desempenho da carteira do FI-Infra e, conseqüentemente, o Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Concentração das Cotas

Não há restrição quanto à quantidade máxima de cotas do Fundo que poderá ser detida por um mesmo Cotista. Assim, poderá ocorrer a situação em que um Cotista venha a deter parcela substancial das cotas e, conseqüentemente, uma participação expressiva no patrimônio do Fundo. Tal fato poderá fragilizar a posição dos demais Cotistas em razão da possibilidade de certas deliberações na assembleia geral virem a ser tomadas pelo Cotista “majoritário” em função de seus interesses próprios e em detrimento do Fundo e dos Cotistas “minoritários”.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Emissão de Novas Cotas

O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas cotas. Na hipótese de realização de uma nova emissão os Cotistas poderão ter as suas respectivas participações no Fundo diluídas, caso não exerçam o seu direito de preferência. Ademais, a rentabilidade do Fundo poderá ser afetada durante o período em que os recursos decorrentes da nova emissão não estiverem investidos nos termos do Regulamento e/ou o prazo esperado para recebimento de recursos poderá ser alterado em razão da subscrição de novas Cotas de FI-Infra pelo Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Intervenção ou Liquidação da Instituição Financeira da Conta do Fundo

Os recursos provenientes das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo serão recebidos na conta do Fundo. Na hipótese de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial da instituição financeira na qual seja mantida a conta do Fundo, os recursos provenientes das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros depositados nessa conta poderão ser bloqueados e não vir ser recuperados, o que afetaria negativamente o patrimônio do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Caracterização de Justa Causa

Nos termos do Regulamento, (1) até que haja reconhecimento em decisão judicial contra a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo, não será caracterizada Justa Causa na hipótese de descumprimento pelo Gestor de suas obrigações, deveres ou atribuições especificadas nas normas vigentes, no Regulamento ou no contrato de gestão ou, enquanto o Gestor prestar os serviços de gestão dos FI-Infra, nos respectivos regulamentos ou nos respectivos contratos de gestão; e (2) até que haja reconhecimento em decisão judicial contra a qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo ou em decisão administrativa final, não será caracterizada Justa Causa na hipótese de o Gestor ou qualquer de seus sócios ou administradores praticar atividades ilícitas no mercado financeiro ou de capitais, crimes contra o Sistema Financeiro Nacional ou atos de corrupção.

Enquanto não for caracterizada a Justa Causa, as deliberações da assembleia geral relativas (1) à substituição do Gestor; e (2) à definição da orientação de voto a ser proferido pelo Gestor, em nome do Fundo, nas assembleias gerais de cotistas dos FI-Infra que deliberarem sobre a substituição do Gestor na prestação dos serviços de gestão das carteiras dos referidos FI-Infra, continuarão sujeitas ao quórum qualificado previsto no Artigo 36 do Regulamento, devendo ser tomadas em primeira ou segunda convocação, pela maioria das cotas de titularidade dos Cotistas presentes, desde que essa maioria represente, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das cotas em circulação. Dessa forma, relativamente a outros fundos de investimento constituídos nos termos da Instrução CVM 555, os Cotistas poderão encontrar dificuldades em reunir os votos necessários para a aprovar a substituição do Gestor.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Quórum Qualificado

O Regulamento estabelece quóruns qualificados para a assembleia geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Cotistas. Tais quóruns poderão acarretar limitações às atividades do Fundo em decorrência da impossibilidade de aprovação de certas matérias na assembleia geral.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Aprovação de Matérias em Assembleia Geral por Maioria Simples

Nos termos do Regulamento, a assembleia geral será instalada com a presença de, pelo menos, 1 (um) Cotista, salvo nas hipóteses em que o regulamento do fundo definir quórum de instalação superior. Exceto por determinadas matérias previstas acima, as deliberações na assembleia geral serão tomadas, em primeira ou segunda convocação, pela maioria das cotas de titularidade dos Cotistas presentes, independentemente do quanto essa maioria represente das cotas em circulação. É possível, portanto, que certas matérias sejam aprovadas na assembleia geral por Cotistas que representem uma minoria das cotas em circulação.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Participação de Pessoas Vinculadas na Oferta

Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Pessoas Vinculadas na Oferta. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da Quantidade Inicial de Cotas, os Pedidos de Reserva, as Cartas Proposta ou documentos de aceitação da Oferta exclusivamente das Pessoas Vinculadas serão automaticamente cancelados. A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover redução da liquidez das Cotas Classe A do Fundo no mercado secundário.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Falhas ou Interrupção dos Prestadores de Serviços

O funcionamento do Fundo depende da atuação conjunta e coordenada de uma série de prestadores de serviços, tais como a Administradora, o Custodiante e o Gestor. Qualquer falha de procedimento ou ineficiência, bem como eventual interrupção, nos serviços prestados por esses prestadores, inclusive no caso de sua substituição, por qualquer motivo, poderá afetar o regular funcionamento do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Liquidação do Fundo – Indisponibilidade de Recursos

Existem eventos que podem ensejar a liquidação do Fundo, conforme previsto no Regulamento. Assim, há a possibilidade de os Cotistas receberem os valores investidos de forma antecipada, frustrando a sua expectativa inicial, sendo que os Cotistas podem não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada, até então, pelo Fundo. Ademais, ocorrendo a liquidação do FUNDO, poderá não haver recursos imediatos suficientes para pagamento aos Cotistas (por exemplo, em razão de o pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo ainda não ser exigível). Nesse caso, o pagamento da amortização e/ou do resgate das cotas ficaria condicionado (1) à amortização ou ao resgate das Cotas de FI-Infra e ao vencimento dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo; ou (2) à venda das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perda aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Cobrança Extrajudicial e Judicial

Não há garantia de que a cobrança extrajudicial ou judicial dos valores devidos em relação aos Ativos Incentivados e aos demais ativos financeiros integrantes da carteira do FI-Infra atingirá os resultados almejados, implicando perdas patrimoniais ao FI-Infra e, conseqüentemente, ao Fundo. Ainda, todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para a preservação dos seus direitos e prerrogativas, inclusive aqueles relacionados com medidas extrajudiciais ou judiciais necessárias para a cobrança das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros de sua titularidade, serão de inteira responsabilidade do Fundo, até o limite do seu patrimônio líquido. A Administradora, o Custodiante e o Gestor não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, sofrido pelo Fundo ou pelos Cotistas, em decorrência da não propositura (ou do não prosseguimento), pelo Fundo, de medidas extrajudiciais ou judiciais necessárias à preservação dos seus direitos e prerrogativas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Investimento em Ativos de Crédito Privado

O Fundo investirá, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio em Cotas de FI-Infra. Os FI-Infra, por sua vez, aplica mais de 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido nos Ativos Incentivados, os quais são considerados ativos de crédito privado nos termos da Instrução CVM 555. Os FI-Infra e, conseqüentemente, o Fundo estão sujeitos ao risco de perda substancial do seu patrimônio em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos Ativos Incentivados integrantes das carteiras dos FI-Infra, inclusive por força de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou outro regime semelhante em relação aos respectivos emissores e, conforme o caso, garantidores.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Pré-Pagamento dos Ativos Incentivados

Certos emissores dos Ativos Incentivados integrantes das carteiras dos FI-Infra poderão, voluntariamente ou não, pagar as respectivas obrigações de forma antecipada. Caso tais pagamentos antecipados ocorram, a expectativa de recebimento dos rendimentos dos FI-Infra e, conseqüentemente, do Fundo seria frustrada. Ademais, os Ativos Incentivados estão sujeitos a determinados eventos de vencimento, amortização ou resgate antecipado. Na ocorrência de qualquer desses eventos, o fluxo de caixa previsto para o Fundo também seria afetado. Em qualquer hipótese, a rentabilidade inicialmente esperada para o Fundo e, conseqüentemente, para as suas cotas poderá ser impactada negativamente.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Restrições de Natureza Legal ou Regulatória

Eventuais restrições de natureza legal ou regulatória podem afetar adversamente a validade da emissão, da subscrição ou da aquisição dos Ativos Incentivados pelos FI-Infra, da constituição ou do funcionamento dos FI-Infra ou da emissão das Cotas de FI-Infra, o comportamento dos referidos ativos e os fluxos de caixa a serem gerados. Na ocorrência de tais restrições, tanto o fluxo de originação dos Ativos Incentivados e das Cotas de FI-Infra como o fluxo de pagamento dos referidos ativos poderá ser interrompido, comprometendo a continuidade do Fundo e o horizonte de investimento dos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco decorrente da entrada em vigor da Resolução CVM 175

Tendo em vista que o Fundo já se encontrava em funcionamento previamente a 2 de outubro de 2023, data de início da vigência da Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 (“Resolução CVM 175”), o Fundo deverá se adaptar às novas regras até 30 de junho de 2025, nos termos do artigo 134 da Resolução CVM 175. Até que esteja adaptado às regras da Resolução CVM 175, o Fundo permanecerá regido pela Instrução CVM 555, nos termos do Ofício-Circular-Conjunto nº 1/2023/CVM/SIN/SSE, de 11 de abril de 2023. As alterações no Regulamento para atendimento da nova regulamentação poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas, podendo afetar negativamente os Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco em função da ausência de análise prévia pela CVM

A Oferta foi registrada por meio do rito automático previsto na Resolução CVM 160, de modo que este Prospecto os demais documentos da Oferta não foram, nem serão objeto de análise prévia por parte da CVM. Os Investidores interessados em investir nas Novas Cotas devem ter conhecimento sobre os riscos relacionados aos mercados financeiro e de capitais suficiente para conduzir sua própria pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre a situação financeira e as atividades do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Não Realização dos Investimentos

Não há garantia de que os investimentos pretendidos pelo Fundo estejam disponíveis no momento e em quantidade convenientes ou desejáveis à satisfação da política de investimento prevista no Regulamento, o que pode resultar em investimentos menores ou, mesmo, a não realização desses investimentos. Nesse caso, os recursos captados pelo Fundo poderão ser investidos em ativos de menor rentabilidade, resultando em um retorno inferior à rentabilidade alvo das cotas do Fundo inicialmente pretendida.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Ausência de Propriedade Direta dos Ativos

Os direitos dos Cotistas deverão ser exercidos sobre todos os ativos da carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente à quantidade de cotas por eles detidas. Portanto, os Cotistas não terão qualquer direito de propriedade direta sobre os ativos que compõem a carteira do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Patrimônio Líquido Negativo

Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. As estratégias de investimento adotadas pelo Fundo poderão fazer com que o Fundo apresente patrimônio líquido negativo, hipótese em que, desde que respeitadas as disposições legais e regulamentares em vigor, os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos. A Administradora, o Custodiante e o Gestor não respondem pelas obrigações assumidas pelo Fundo. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo, portanto, não estão limitadas ao valor das cotas subscritas pelos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Riscos Ambientais

O Fundo está sujeito a todo e qualquer evento ou medidas que, direta ou indiretamente, resulte em impacto ao meio ambiente e/ou aos projetos dos Ativos Incentivados apoiados pelo Fundo e pelos FI-Infra, inclusive e sem limitação: proibições, atrasos e interrupções; não atendimento das exigências ambientais; embargos de obra e/ou suspensão das atividades; surgimento de exigências ambientais adicionais não previstas inicialmente; falhas no levantamento da fauna e da flora; falhas no plano de execução ambiental; e/ou qualquer dano ao meio ambiente. Tais eventos ou medidas podem causar prejuízos ao Fundo. Adicionalmente, as atividades do setor de infraestrutura podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá impedir ou levar os emissores de Ativos Incentivados a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso sobre o Fundo. Eventuais seguros contratados para cobrir exposição a contingências ambientais dos emissores dos Ativos Incentivados podem não ser suficientes para evitar potencial efeito adverso sobre o Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco Socioambiental

Os Ativos Incentivados da Carteira de Investimentos podem estar sujeitos a leis e regulamentos socioambientais federais, estaduais e municipais, bem como expostos à materialização de riscos socioambientais que não sejam de natureza legal. Neste sentido, o desenvolvimento e operação dos projetos dependem de autorizações e licenças que podem acarretar atrasos, representar em custos significativos sua obtenção, assim como proibir ou restringir severamente a atuação de determinadas atividades em regiões ou áreas sensíveis do ponto de vista ambiental ou social. Caso os emissores dos Ativos Incentivados não cumpram com tais regulamentações, tais emissores poderão estar sujeitos a sanções administrativas, cíveis e criminais (tais como multas e indenizações), perder os direitos para operar referido projeto ou mesmo paralisar obras ou operação devido a eventos ambientais, climáticos ou relacionamento com comunidades do entorno. As leis e regulamentos socioambientais podem se tornar mais restritivas, sendo que qualquer aumento de restrições pode afetar adversamente os negócios do Fundo e a sua rentabilidade. Adicionalmente, existe a possibilidade de as leis de proteção socioambiental serem alteradas após o início do desenvolvimento de determinada atividade, o que poderá trazer atrasos e/ou necessidades de modificação no projeto.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Exposição a eventos climáticos adversos

Os investimentos do Fundo podem depender de recursos naturais durante a fase de obra e operação, estando sujeitos a condições meteorológicas desfavoráveis que podem acarretar paralizações das atividades, impactando o fluxo de caixa. Adicionalmente, os ativos podem ser vulneráveis a eventos climáticos adversos gerando danos na infraestrutura do ativo, e consequentemente, custos adicionais em reparo da estrutura.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Cumprimento de leis e regulamentos socioambientais

Os Ativos Incentivados integrantes das carteiras dos FI-Infra podem estar sujeitos a leis e regulamentos socioambientais federais, estaduais e municipais. Neste sentido, o desenvolvimento e operação dos projetos dependem de autorizações e licenças que podem acarretar em atrasos, incorrer em custos significativos para cumpri-las, assim como proibir ou restringir severamente a atuação de determinadas atividades em regiões ou áreas sensíveis do ponto de vista ambiental ou social. Caso os emissores dos Ativos Incentivados não cumpram com tais regulamentações, inclusive de natureza trabalhista, tais emissores poderão estar sujeitos a sanções administrativas, cíveis e criminais (tais como multas e indenizações) ou perder os direitos para operar referido projeto. Adicionalmente, as atividades do setor de infraestrutura podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá ter um efeito adverso sobre o Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Discricionariedade do Gestor

Desde que respeitada a política de investimento prevista no Regulamento, o Gestor terá plena discricionariedade na seleção e na diversificação das Cotas de FI-Infra a serem subscritas pelo Fundo, não tendo o Gestor qualquer compromisso formal de investimento ou concentração em um FI-Infra que, por sua vez, concentre o seu patrimônio em Ativos Incentivados (1) destinados a um setor de infraestrutura específico; (2) de emissores que se encontrem em fase operacional ou pré-operacional; ou (3) no caso de Ativos Incentivados que sejam lastreados em direitos creditórios, cujos direitos creditórios sejam cedidos por um mesmo cedente ou devidos ou garantidos por um devedor ou garantidor específico.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Os emissores dos Ativos Incentivados estão sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital

Os emissores dos Ativos Incentivados estão sujeitos a abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas pelos emissores. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar os emissores a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre a condição financeira e sobre os resultados dos emissores dos Ativos Incentivados. Além disso, caso os emissores não observem a legislação relativa à proteção do meio ambiente, podem sofrer a imposição de sanções penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas dos emissores ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro. As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos dos emissores. Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que os emissores assumiram por meio de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais dos emissores dos Ativos Incentivados.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco de sanções no âmbito dos ativos componentes da carteira dos FI-Infra

Determinados ativos componentes da carteira dos FI-Infra, inclusive títulos públicos, podem estar sujeitos a regulamentações, decisões e penalidades de diversas entidades reguladoras, credores públicos e entidades de autorregulação. Eventuais novas regulamentações, decisões e/ou penalidades aplicáveis aos ativos componentes da carteira dos FI-Infra e/ou aos seus respectivos emissores podem resultar em restrições a negociação por parte das bolsas de valores e mercadorias e futuros ou de órgãos reguladores. Em situações em que tais restrições estiverem sendo praticadas, as condições de movimentação dos ativos da carteira e precificação dos ativos poderão ser prejudicadas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Operações de Derivativos

Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e o seu ativo objeto, o que pode ocasionar o aumento da volatilidade dos fundos de investimento investidos pelo Fundo, limitar as possibilidades de retorno adicional nas operações, não produzir os efeitos pretendidos e/ou provocar perdas aos fundos de investimento investidos pelo FUNDO e, conseqüentemente, ao Fundo. Mesmo para fundos de investimento que utilizam derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco de essas operações não representarem um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas aos referidos fundos de investimento e, conseqüentemente, ao Fundo. Em qualquer hipótese, os fundos de investimento investidos pelo Fundo poderão auferir resultados negativos, impactando adversamente o valor de suas cotas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco relativo ao Estudo de Viabilidade

O Estudo de Viabilidade do Fundo foi elaborado pelo Gestor, com base em informações pública e em suas próprias conclusões decorrentes da análise de mercado. O Gestor é o prestador de serviços do Fundo responsável pela análise e seleção dos ativos alvo que farão parte da carteira do Fundo. O fato de o Estudo de Viabilidade não ter sido elaborado por um terceiro independente pode representar uma situação de conflito de interesses, na qual a opinião do Gestor pode não ser imparcial. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e impactar negativamente o valor das Cotas. **O ESTUDO DE VIABILIDADE NÃO REPRESENTA NEM DEVE SER CONSIDERADO, A QUALQUER MOMENTO E SOB QUALQUER HIPÓTESE, COMO PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE FUTURA OU DE ISENÇÃO DE RISCOS PARA OS INVESTIDORES.**

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Eventual Conflito de Interesses

A Administradora, o Gestor e os integrantes dos seus respectivos Grupos Econômicos atuam e prestam uma série de outros serviços no mercado de capitais local, incluindo a administração e a gestão de outros fundos de investimento. O Fundo poderá realizar operações nas quais fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora, pelo Gestor ou por integrantes dos seus respectivos Grupos Econômicos atuem na condição de contraparte. Ademais, observado o disposto no Capítulo III do Regulamento, o Fundo aplicará, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) do seu patrimônio líquido nas Cotas de FI-Infra. Os FI-Infra, por sua vez, (1) são administrados pela Administradora; (2) podem ser geridos pelo Gestor; e (3) poderão (i) subscrever ou adquirir Ativos Incentivados cujos emissores sejam (I) fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora, pelo Gestor ou por integrantes dos seus respectivos Grupos Econômicos; ou (II) companhias investidas por fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora, pelo Gestor ou por integrantes dos seus respectivos Grupos Econômicos; e (ii) realizar operações nas quais fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora, pelo Gestor ou por integrantes dos seus respectivos Grupos Econômicos atuem na condição de contraparte, incluindo a aquisição de Ativos Incentivados de titularidade de outros fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora, pelo Gestor ou por integrantes dos seus respectivos Grupos Econômicos. Em qualquer caso, poderá vir a ser configurado eventual conflito de interesses, resultando em prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Risco relativo à dispensa de análise prévia do prospecto e dos demais documentos da oferta pela CVM e pela ANBIMA

A Oferta foi registrada automaticamente perante a CVM, nos termos da Resolução CVM 160, e não foi objeto de análise prévia pela ANBIMA, sendo registrada perante a ANBIMA somente após o envio do Anúncio de Encerramento à CVM. Os Investidores devem ter conhecimento sobre os riscos relacionados aos mercados financeiro e de capitais suficiente para conduzir sua própria pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre a situação financeira e as atividades do Fundo.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Ausência de Garantias das Cotas

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Gestor, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Crédito – FGC. O Fundo a Administradora, o Custodiante e o Gestor não prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade decorrente da aplicação nas cotas do Fundo. Os recursos para o pagamento da amortização e do resgate das cotas provirão exclusivamente dos resultados da carteira do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos e cujo desempenho é incerto.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco de imagem

A ocorrência de quaisquer fatos extraordinários que venham a afetar os emissores dos títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira dos FI-Infra e/ou as sociedades por eles investidas, ultimamente os FI-Infra podem prejudicar a potencialidade de negociação ou locação dos imóveis pelos emissores, as sociedades por eles investidas. Os fatores descritos acima poderão afetar adversamente as atividades dos FI-Infra, dos emissores e/ou das sociedades por elas investidas e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas de FI-Infra.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco de desapropriação e de outras restrições de utilização dos bens imóveis pelo Poder Público

De acordo com o sistema legal brasileiro, os bens dos emissores dos títulos que poderão compor a carteira dos FI-Infra e/ou as sociedades por eles investidas poderão ser desapropriados por necessidade, utilidade pública ou interesse social, de forma parcial ou total. Ocorrendo a desapropriação, não há como garantir que o preço que venha a ser pago pelo Poder Público será justo, equivalente ao valor de mercado, ou que, efetivamente, remunerará os valores investidos de maneira adequada. Os emissores e/ou as sociedades por eles investidas podem não ser capazes de reaver os imóveis atualmente locados e em situação de inadimplência, hipótese em que as suas receitas poderão ser adversamente afetadas e, conseqüentemente, a rentabilidade das Cotas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco relacionado aos quóruns de deliberação no âmbito dos Outros Ativos e eventual compartilhamento com outros credores nas dívidas dos emissores (acordo entre credores) nas dívidas originárias dos Outros Ativos Financeiros

No âmbito dos Outros Ativos e/ou no endividamento dos emissores, a deliberação para tomar determinadas medidas previstas nos respectivos instrumentos (tais como vencimento antecipado, liberação ou substituição de garantias, concessão de waivers, pré-pagamento (resgate), entre outras) pode estar sujeita ao atingimento de quóruns de deliberação específicos previstos nos respectivos instrumentos. O não atingimento desses quóruns pode inviabilizar a tomada de medidas em relação a tais endividamentos e a excussão de garantias.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Riscos operacionais

A subscrição ou a aquisição, conforme o caso, a cobrança e a liquidação dos ativos financeiros integrantes da Carteira de Investimentos dependem da atuação conjunta e coordenada dos prestadores de serviço do Fundo. O Fundo poderá sofrer perdas patrimoniais caso os procedimentos descritos no Regulamento ou nos respectivos contratos celebrados entre o Fundo e esses prestadores de serviço, incluindo em relação a trocas de informações, venham a sofrer falhas técnicas ou sejam comprometidos pela necessidade de substituição de qualquer dos prestadores de serviço contratados.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Dação em Pagamento dos Ativos

Ocorrendo a liquidação do Fundo, caso não haja recursos suficientes para o resgate integral das suas cotas, a Administradora deverá convocar a assembleia geral para deliberar sobre, entre outras opções, a dação em pagamento das Cotas de FI-Infra e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo ou, ainda, dos Ativos Incentivados detidos pelos FI-Infra e entregues ao Fundo em caso de liquidação antecipada dos FI-Infra. Os Cotistas poderão encontrar dificuldades para negociar e/ou cobrar as Cotas de FI-Infra e os demais ativos financeiros, incluindo os Ativos Incentivados, conforme o caso, recebidos.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

O poder concedente possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às concessões dos emissores dos Ativos Incentivados

Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem aos poderes concedentes discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às concessões e as tarifas a serem cobradas pelos emissores. Se os custos dos emissores aumentarem ou as receitas diminuírem significativamente ou se os emissores tiverem que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou ainda como resultado de medidas unilaterais, por parte dessas autoridades, a condição financeira dos emissores e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente, ainda que tenham direito à recomposição econômico-financeira dos contratos.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco de Diluição

O Fundo poderá captar recursos adicionais no futuro através de novas emissões de Cotas por necessidade de capital ou para aquisição de novos ativos. Caso ocorram novas emissões, os Cotistas poderão ter suas respectivas participações diluídas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

A rescisão unilateral antecipada dos contratos de concessão dos emissores dos Ativos Incentivados pelo poder concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada

As concessões dos emissores dos Ativos Incentivados estão sujeitas à rescisão unilateral antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo contrato de concessão. Ocorrendo a extinção da concessão, os ativos sujeitos à concessão serão revertidos ao poder concedente. Apesar dos emissores terem o direito à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos dos contratos de concessão, em caso de extinção antecipada, os emissores dos Ativos Incentivados não podem assegurar que esse valor seja suficiente para compensar a perda de lucro futuro. Se o poder concedente extinguir o contrato de concessão em caso de inadimplemento, o valor pode teoricamente ser reduzido a até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

As obrigações dos emissores constantes da documentação dos Outros Ativos Financeiros estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado

A documentação dos Outros Ativos Financeiros pode estabelecer diversas hipóteses de vencimento antecipado que podem ensejar no vencimento antecipado das obrigações com relação aos Outros Ativos Financeiros. Não há garantias de que os emissores disporão de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento integral da dívida representada pelos Outros Ativos Financeiros, na ocorrência de uma hipótese de vencimento antecipado, que acarrete no vencimento antecipado das obrigações decorrentes dos Outros Ativos Financeiros, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos FI-Infra ou ao Fundo, incluindo a sua capacidade de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos dos Outros Ativos Financeiros.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco jurídico da Estrutura dos FI-Infra

A estrutura financeira, econômica e jurídica dos FI-Infra apoia-se em um conjunto de obrigações e responsabilidades contratuais e na legislação em vigor e, em razão da pouca maturidade e da escassez de precedentes em operações similares e de jurisprudência no que tange a este tipo de operação financeira, poderá haver perdas, parcial ou total, por parte do Fundo em razão do dispêndio de tempo e recursos para manutenção do arcabouço contratual estabelecido.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco de sinistro dos bens vinculados às Operações CRIs, Debêntures e Outras Operações dos FI-Infra

Determinados ativos dados em garantia no âmbito dos títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira dos FI-Infra (especialmente CRIs e Debêntures), são passíveis de seguro. No caso de sinistro envolvendo a integridade física dos bens, direta ou indiretamente, os recursos obtidos pela cobertura do seguro dependerão da capacidade de pagamento da companhia seguradora contratada, bem como as indenizações a serem pagas pelas seguradoras, e poderão ser insuficientes para a reparação integral do dano sofrido.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Riscos de Locação nas operações lastreadas em direitos creditórios imobiliários

As operações das emissoras dos títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira dos FI-Infra e/ou das sociedades por eles investidas podem estar lastreadas ou ter como garantia direitos creditórios decorrentes de contratos imobiliários (como por exemplo, contratos de locação e arrendamento). Tendo em vista que a locação e arrendamento dos imóveis podem ser parte importante da rentabilidade dos emissores e a possibilidade de inadimplemento do pagamento dos alugueis pode afetar substancialmente as receitas dos emissores, que poderão não ter condições de cumprir com seus compromissos de pagamento na falta das receitas oriundas dos contratos de locação e, consequentemente impactando a rentabilidade das Cotas dos FI-Infra; Adicionalmente, a eventual rescisão dos contratos de locação, voluntária ou involuntariamente pelo locatário, com ou sem o pagamento da indenização devida, e/ou o aumento da vacância dos imóveis, afetará as receitas dos emissores, o que poderá resultar em reflexo negativo na rentabilidade das Cotas dos FI-Infra. Além da rescisão convencional dos contratos de locação, os locatários poderão propor demandas judiciais a fim de obter a rescisão judicial da relação locatícia em caso de onerosidade excessiva dos contratos de locação.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

Risco de decisões administrativa, arbitrais e/ou judiciais desfavoráveis

Os FI-Infra poderão ser parte em diversas ações, nas esferas cível, penal tributária e/ou trabalhista. Não há garantia de que os FI-Infra irão obter resultados favoráveis ou que eventuais processos judiciais, arbitrais ou administrativos em que seja réu venham a ser julgados improcedentes. Caso tais reservas não sejam suficientes, é possível que um aporte adicional de recursos seja feito mediante a subscrição e integralização de novas Cotas pelo Fundo, que deverão arcar com eventuais perdas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco da morosidade da justiça brasileira

Os FI-Infra poderão ser parte em demandas judiciais, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. Em virtude da morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá levar muitos anos. Ademais, não há garantia de que os FI-Infra obterão resultados favoráveis nas demandas judiciais relacionadas aos Ativos e, conseqüentemente, poderá impactar negativamente no patrimônio dos FI-Infra, na rentabilidade do Fundo e no valor de negociação das Cotas de FI-Infra.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco relativo à inexistência de Ativos de Infraestrutura

Os FI-Infra investidos pelo Fundo, ou pelos FIC FI-Infra investidos pelo Fundo, poderão não dispor de ofertas de Ativos Incentivados suficientes ou em condições aceitáveis, a critério do Gestor, que atendam, no momento da aquisição, à política de investimento dos FI-Infra, de modo que os FI-Infra poderão enfrentar dificuldades para empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de Ativos Incentivados. A ausência de Ativos Incentivados para aquisição pelos FI-Infra poderá impactar o enquadramento dos FI-Infra a suas políticas de investimento, ensejando a necessidade de liquidação do FI-Infra, ou, ainda, sua transformação em outra modalidade de fundo de investimento, impactando o enquadramento do Fundo e com conseqüente alteração do tratamento tributário aplicável aos Cotistas.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Risco dos imóveis dos CRIs não possuírem certificado de conclusão de obra e Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros

Nos casos dos Ativos Financeiros investidos pelos FI-Infra representados por CRIs, os imóveis vinculados aos CRIs podem não contar com o certificado de conclusão de obra (seja parcial ou total), equivalente ao “habite-se”, nem com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. A falta do certificado de conclusão de obra, ou mesmo a falta de outras licenças e autorizações governamentais, como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, inclusive sua obtenção intempestiva, poderá: (i) comprometer o exercício, pelas devedoras dos créditos que dão lastro aos CRIs, de suas atividades no imóvel, principalmente em razão da possibilidade de imposição, por autoridades competentes, de restrições, interdições ou vedações, totais ou parciais, às atividades das referidas devedoras e à utilização do imóvel vinculados aos CRIs, ou a aplicação de multas e outras penalidades, até que as licenças e autorizações governamentais sejam integralmente obtidas; e (ii) limitar a capacidade das devedoras dos créditos que dão lastro aos CRIs, em conjunto com a cedente dos referidos créditos, de implementar projetos de expansão ou reformas no imóvel, comprometendo sua capacidade operacional, administrativa e financeira.

Escala Qualitativa de Risco: Menor

Fatores de Risco

O FUNDO TAMBÉM PODERÁ ESTAR SUJEITO A OUTROS RISCOS ADVINDOS DE MOTIVOS ALHEIOS OU EXÓGENOS AO CONTROLE DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR, TAIS COMO MORATÓRIA, GUERRAS, REVOLUÇÕES, ALÉM DE MUDANÇAS NAS REGRAS APLICÁVEIS AOS ATIVOS FINANCEIROS, MUDANÇAS IMPOSTAS AOS ATIVOS FINANCEIROS INTEGRANTES DA CARTEIRA, ALTERAÇÃO NA POLÍTICA ECONÔMICA E DECISÕES JUDICIAIS PORVENTURA NÃO MENCIONADOS NESTA SEÇÃO.

A DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO NÃO PRETENDE SER COMPLETA OU EXAUSTIVA, SERVINDO APENAS COMO EXEMPLO E ALERTA AOS POTENCIAIS INVESTIDORES QUANTO AOS RISCOS A QUE ESTARÃO SUJEITOS OS INVESTIMENTOS NO FUNDO.

O MATERIAL PUBLICITÁRIO CONTÉM INFORMAÇÕES ACERCA DO FUNDO, BEM COMO PERSPECTIVAS DE DESEMPENHO DO FUNDO QUE ENVOLVEM RISCOS E INCERTEZAS. NÃO HÁ GARANTIA DE QUE O DESEMPENHO FUTURO DO FUNDO SEJA CONSISTENTE COM ESSAS PERSPECTIVAS. OS EVENTOS FUTUROS PODERÃO DIFERIR SENSIVELMENTE DAS TENDÊNCIAS AQUI INDICADAS.

ADICIONALMENTE, AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE MATERIAL PUBLICITÁRIO E NO PROSPECTO EM RELAÇÃO AO BRASIL E À ECONOMIA BRASILEIRA SÃO BASEADAS EM DADOS PUBLICADOS PELO BACEN, PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E POR OUTRAS FONTES INDEPENDENTES, TAIS COMO A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, DENTRE OUTRAS. AS INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO IMOBILIÁRIO, APRESENTADAS AO LONGO DO MATERIAL PUBLICITÁRIO E NO PROSPECTO FORAM OBTIDAS POR MEIO DE PESQUISAS INTERNAS, PESQUISAS DE MERCADO, INFORMAÇÕES PÚBLICAS E PUBLICAÇÕES DO SETOR. TAIS DECLARAÇÕES TÊM COMO BASE INFORMAÇÕES OBTIDAS DE FONTES CONSIDERADAS CONFIÁVEIS, TAIS COMO SECO-I - SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DE SÃO PAULO E IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, DENTRE OUTRAS.

MATERIAL PUBLICITÁRIO

Informações Adicionais: Maiores esclarecimentos a respeito do Fundo e/ou da Oferta poderão ser obtidos nos endereços indicados:



Banco Daycoval S.A.
Att.: Vinicius Daniel Pagliaci da Rocha/Andre Sznifer Kurbet Avenida Paulista, nº 1.793, CEP 01311-200, São Paulo - SP
Tel.: (11) 3138-6856
E-mail: vinicius.rocha@bancodaycoval.com.br/
andre.kurbet@bancodaycoval.com.br/
adm.fundos@bancodaycoval.com.br
Website: www.daycoval.com.br

- ✓ <https://www.daycoval.com.br/credito-para-sua-empresa/debt-capital-markets>, neste website clicar em "Acesso Rápido", depois em "Ofertas Públicas", localizar "Ofertas Públicas Ativas", localizar "RIO BRAVO ESG IS FUNDO DE INVESTIMENTO", e clicar em "Prospecto Definitivo")



Banco Daycoval S.A.
Att.: Luis Gustavo Pereira Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 12º andar, bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-000, São Paulo – SP
Telefone: (11) 3576-6641
E-mail: lpereira@guide.com.br / mercadodecapitais@guide.com.br / juridico.mercap@fosunbrasil.com.br
Website: www.guide.com.br

- ✓ <https://www.guide.com.br/investimentos/ofertas-publicas/>, neste website clicar em "Acesso Rápido", depois em "Ofertas Públicas", localizar "Ofertas Públicas Ativas", localizar "RIO BRAVO ESG IS FUNDO DE INVESTIMENTO", e clicar em "Prospecto Definitivo")



ARAÚJO FONTES CONSULTORIA E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Att.: Rafael Conrado Rua Sengipe, nº 1440, 6º andar, Bairro Savassi, CEP 30130-174, Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 2103-6000
E-mail: conrado@afs.com.br
Website: www.afs.com.br

- ✓ <https://www.afs.com.br/assessoria-financeira> neste website, localizar "Ofertas Públicas" e selecionar "RBF11 – 3ª Emissão – (RIO BRAVO ESG IS FIC FI-Infra RF CP", e clicar em "Prospecto Definitivo")



ALFA CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Att.: Francisco Perez Alameda Santos, nº 466, 4º andar, Cerqueira Cesar CEP 01.418-000, São Paulo – SP
Tel.: (11) 3175-5362
E-mail: distribuicaoodcm@bancoalfa.com.br
Website: www.bancoalfa.com.br

- ✓ <https://bancoalfa.com.br/sobreoalfa/home/ofertaspublicas.ashx> selecionar "Ofertas em Andamento", selecionar "Rio Bravo ESG IS FIC FI Infra" e localizar o Prospecto.



RIO BRAVO

RIO BRAVO INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
Att.: Vanessa Valente e Keite Bianconi Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 3º andar, conjunto 32, Vila Olímpia, CEP 04551-065 São Paulo - SP
Telefone: + 55 (11) 3509-6600
E-mail: comercial@riobravo.com.br
Website: <https://riobravo.com.br/>

- ✓ <https://riobravo.com.br/fundo/rio-bravo-esg-fic-fi-infra> (neste website, localizar "Regulamento" ou "Prospecto Definitivo").



RIO BRAVO

RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA.
Att.: Evandro Buccini e Victor Tâmega Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, conjunto 32, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo - SP
Tel.: + 55 (11) 3509-6600
E-mail: evandro.buccini@riobravo.com.br / victor.tamega@riobravo.com.br
Website: <https://riobravo.com.br/>

- ✓ <https://riobravo.com.br/fundo/rio-bravo-esg-fic-fi-infra> (neste website, localizar "Regulamento" ou "Prospecto Definitivo").

Disclaimer



Este material foi elaborado pela Rio Bravo Investimentos Ltda. (“Rio Bravo Investimentos”), inscrita no CNPJ sob nº. 03.864.607/0001-08, e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expressos em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo Investimentos, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo Investimentos. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. As informações contidas neste Material Publicitário não são fatos e não se deve confiar nelas como sendo necessariamente indicativas de resultados futuros. Os leitores deste Material Publicitário são advertidos que as informações constantes deste Material Publicitário, e do Estudo de Viabilidade podem não se confirmar, tendo em vista que estão sujeitas a diversos fatores. A rentabilidade esperada não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, como promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade futura. Potenciais Investidores devem observar que as premissas, estimativas e expectativas incluídas no Estudo de Viabilidade e no Prospecto refletem determinadas premissas, análises e estimativas do Gestor. O MATERIAL PUBLICITÁRIO FOI ELABORADO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PROSPECTO E NO ESTUDO DE VIABILIDADE, O QUAL FOI ELABORADO PELO GESTOR DO FUNDO E NÃO REPRESENTA NEM DEVE SER CONSIDERADO, A QUALQUER MOMENTO E SOB QUALQUER HIPÓTESE, COMO PROMESSA, GARANTIA OU SUGESTÃO DE RENTABILIDADE FUTURA OU DE ISENÇÃO DE RISCOS PARA OS INVESTIDORES. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO” NO PROSPECTO E O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERENTE AO CÓDIGO ANBIMA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS. ESTA APRESENTAÇÃO SE TRATA DE MATERIAL PUBLICITÁRIO DA OFERTA, NÃO DEVENDO SE CONFUNDIR COM O PROSPECTO. O INVESTIMENTO NO FUNDO É UM INVESTIMENTO DE RISCO. LEIA O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA EM ESPECIAL A SEÇÃO DOS FATORES DE RISCO.

‘ESTA APRESENTAÇÃO SE TRATA DE MATERIAL PUBLICITÁRIO DA OFERTA, NÃO DEVENDO SE CONFUNDIR COM O PROSPECTO. O INVESTIMENTO NO FUNDO É UM INVESTIMENTO DE RISCO. LEIA O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA EM ESPECIAL A SEÇÃO DOS FATORES DE RISCO.’

SAC / Ouvidoria: 0800 722 9910 | ouvidoria@riobravo.com.br.

Impulsionando a
geração de
investimentos e
investidores
conscientes.



RIO BRAVO

riobravo.com.br

Av. Chedid Jafet, 222 - Bloco B, 3º andar, CJ.32
04551-065, São Paulo - SP - Brasil
+55 11 3509 6600 | +55 11 2107 6600

